

SUBPROJETO I
DESENVOLVIMENTO DE METODOLOGIA DE ANÁLISE DE
MERCADO DE TRABALHO MUNICIPAL E QUALIFICAÇÃO SOCIAL
PARA APOIO À GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE EMPREGO,
TRABALHO E RENDA

Atividades de Desenvolvimento Metodológico
(Outras Atividades de Desenvolvimento Metodológico)

Estudo da rotatividade nos estabelecimentos/empresas

Estudo do perfil dos vínculos e dos trabalhadores
afetados pela rotatividade

Convênio MTE/SPPE/CODEFAT – Nº. 003/2007 e Termos Aditivos

2010

DI ESE
DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE
ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS



**Ministério do
Trabalho e Emprego**



Presidente da República

Luiz Inácio Lula da Silva

Ministro do Trabalho e Emprego

Carlos Lupi

Secretário de Políticas Públicas de Emprego

Ezequiel Sousa do Nascimento

Diretor do Departamento de Qualificação - DEQ

Carlo Roberto Simi

Coordenadora-Geral de Qualificação - CGQUA

Fátima Rosa Naves de Oliveira Santos

Coordenadora-Geral de Certificação e Orientação Profissional - CGCOP

Ana Paula da Silva

Ministério do Trabalho e Emprego – MTE
Secretaria de Políticas Públicas de Emprego – SPPE
Esplanada dos Ministérios Bl. F Sede
3º Andar-Sala 300
Telefone: (61) 3317-6264
Fax: (61) 3317-8216
CEP: 70059-900
Brasília - DF

Obs.: Os textos não refletem necessariamente a posição do Ministério do Trabalho e Emprego.

Direção Sindical Executiva

Tadeu Morais de Sousa – Presidente

STI Metalúrgicas Mecânicas e de Materiais Elétricos de São Paulo Mogi e Região - SP

Alberto Soares da Silva - Vice-presidente

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de Campinas - SP

João Vicente Silva Cayres – Secretário

Sindicato dos Metalúrgicos do ABC - SP

Ana Tércia Sanches – Diretora

Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de São Paulo Osasco e Região - SP

Antônio de Souza – Diretor

STI Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de Osasco e Região - SP

Carlos Donizeti – Diretor

Fed. dos Trabalhadores em Serviços de Asseio e Conservação Ambiental Urbana e Áreas Verdes do Estado de São Paulo - SP

Josinaldo José de Barros – Diretor

STI Metalúrgicas Mecânicas e de Materiais Elétricos de Guarulhos Arujá Mairiporã e Santa Isabel - SP

José Carlos Souza – Diretor

STI de Energia Elétrica de São Paulo - SP

Mara Luzia Feltes – Diretora

Sind. dos Empregados em Empresas de Assessoramentos Perícias Informações Pesquisas e de Fundações Estaduais do Rio Grande do Sul - RS

Maria das Graças de Oliveira – Diretora

Sindicato dos Servidores Públicos Federais do Estado de Pernambuco - PE

Paulo de Tarso Guedes de Brito Costa – Diretor

Sindicato dos Eletricitários da Bahia - BA

Pedro Celso Rosa – Diretor

STI Metalúrgicas de Máquinas Mecânicas de Material Elétrico de Veículos e Peças Automotivas da Grande Curitiba - PR

Zenaide Honório – Diretora

Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo - SP

Direção Técnica

Clemente Ganz Lúcio – Diretor Técnico

Ademir Figueiredo – Coordenador de Estudos e Desenvolvimento

José Silvestre Prado de Oliveira – Coordenador de Relações Sindicais

Francisco José Couceiro de Oliveira – Coordenador de Pesquisas

Nelson de Chueri Karam – Coordenador de Educação

Rosana de Freitas – Coordenadora Administrativa e Financeira

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

Rua Ministro Godói, 310 – Parque da Água Branca – São Paulo – SP – CEP 05001-900

Fone: (11) 3874 5366 – Fax: (11) 3874 5394

E-mail: en@dieese.org.br

<http://www.dieese.org.br>

Ficha Técnica**Equipe Executora**

DIEESE

Coordenação do Projeto

Clemente Ganz Lúcio – Responsável Institucional pelo Projeto
Sirlei Márcia de Oliveira – Coordenadora Executiva
Rosana de Freitas – Coordenadora Administrativa e Financeira
Mônica Aparecida da Silva – Supervisora Administrativa Financeira de Projetos
Antonio Eduardo Rodriguez Ibarra – Coordenador Subprojeto I
Lilian Arruda Marques - Coordenadora Subprojeto II
Antonio Eduardo Rodriguez Ibarra – Coordenador Subprojeto III
Pedro dos Santos Bezerra Neto – Coordenador Subprojeto IV
Paulo Roberto Arantes do Valle – Coordenador Subprojeto V
Angela Maria Schwengber - Coordenadora Subprojeto V
Suzanna Sochaczewski Evelyn – Coordenadora Subprojeto VI

Apoio

Equipe administrativa do DIEESE

Entidade Executora

Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos - DIEESE

Consultores

Consultoria Educacional Peabiru LTDA - Consultores Associados em Educação
DEP Tecnologia da Informação LTDA
Jurema Regueira A. Monteiro Rosa

Financiamento

Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT
Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE

SUMÁRIO

Introdução	6
Parte 1 - Estudo da rotatividade nos estabelecimentos/empresas	10
Parte 2 - Estudo do perfil dos vínculos e dos trabalhadores afetados pela rotatividade	39
ANEXO - Apresentação dos estudos elaborados pelo DIEESE para o MTE	55

INTRODUÇÃO

O presente relatório faz parte do Projeto de Desenvolvimento de Instrumentos de Apoio à Gestão de Políticas Públicas para a Qualificação Profissional e Mercado de Trabalho (Convênio MTE/SPPE/CODEFAT nº 003/2007 e Termos Aditivos), referente ao Subprojeto 1 – Desenvolvimento de Metodologia de Análise de Mercado de Trabalho Municipal e Qualificação Social para Apoio à Gestão das Políticas Públicas de Emprego, Trabalho e Renda.

O tema da rotatividade constitui-se em um profundo desafio analítico aos estudiosos da economia brasileira, particularmente aos analistas de mercado de trabalho, devido a sua complexidade enquanto fenômeno social e a sua centralidade nas relações de trabalho do país. O Brasil caracteriza-se por apresentar elevadas e crescentes taxas de rotatividade do trabalho, além de este ser um fenômeno permanente em seu mercado de trabalho. A movimentação anual da RAIS revela que milhões de vínculos formais de trabalho são admitidos e outros tantos milhões são desligados anualmente do mercado de trabalho. Um volume equivalente à metade dos postos de trabalho registrados no estoque verificado entre cada exercício da RAIS são admitidos ou desligados, indicando uma taxa de rotatividade do mercado de trabalho na ordem de 50%, conforme as mensurações realizadas nos últimos anos.

Esta elevada rotação da força de trabalho traz significativos impactos negativos para o mercado de trabalho e para a sociedade, pois influi negativamente sobre a qualificação profissional, sobre o rendimento médio dos trabalhadores, além de impactar fortemente o programa do Seguro Desemprego, de intermediação da mão de obra, e de influir sobre os demais programas da seguridade social.

As consequências da rotatividade, deste modo, influem tanto sobre a vida dos trabalhadores e de suas famílias, como das empresas. Para os trabalhadores e suas famílias, ela é fonte permanente de insegurança social, devido ao impacto do desemprego sobre as condições de existência dos segmentos sociais mais desprovidos. Pelo lado das empresas, a troca constante de trabalhadores pode influir diretamente sobre o seu processo de trabalho e produtividade, sobre os custos produtivos em função dos gastos decorrentes do recrutamento e do treinamento dos trabalhadores, entre outros.

O tema da rotatividade ganha dimensão no debate público, sobretudo através da mídia jornalística, principalmente pela veiculação de visões formuladas a partir do instituto do FGTS. Geralmente opondo-se opiniões simplificadoras sobre seus impactos no custo trabalho, e de seus efeitos sobre o contingente de força de trabalho da economia. Via de regra, resumem o debate à questão do valor do FGTS como um elemento promotor da rotatividade e inibidor da contratação de trabalhadores, portanto, restringindo a demanda de força de trabalho e propugnando-se pela redução ou supressão deste “benefício”. Por outro lado, geralmente, simplificam a visão dos trabalhadores à elevação do valor da alíquota do FGTS, como forma defensiva dos postos de trabalho.

Olhar este tema é perceber que ele oferece inúmeras alternativas de abordagens analíticas e possibilidades metodológicas de estudos. Estudar a evolução da rotatividade é fundamental para compreender o funcionamento do mercado de trabalho. No caso brasileiro, procura-se, com este estudo, contribuir para a elaboração de propostas de instrumentos de regulação da contratação e demissão de trabalhadores, conforme previsto em artigo constitucional.

Os dois estudos ora apresentados neste relatório – **“Estudo da rotatividade nos estabelecimentos/empresas”** e o **“Estudo do perfil dos vínculos e dos trabalhadores afetados pela rotatividade”** - têm como referência temporal a primeira década do milênio, sendo apresentados os resultados comparativos das taxas observadas em relação aos anos de 2001, 2004, 2007, 2008 e 2009.

Para a elaboração destes estudos sobre a rotatividade e sobre a movimentação segundo os estabelecimentos, foram desenvolvidos os seguintes passos:

- Revisão bibliográfica nacional e internacional;
- Análise das fontes de dados nacionais;
- Definição do escopo setorial;
- Processamento e cruzamento das bases de dados;
- Preparação e análise das tabelas;

- Oficina com a equipe de desenvolvimento para crítica e discussão dos resultados produzidos;
- Oficina com gestores e técnicos MTE para discussão dos resultados produzidos;
- Seminário para apresentação e discussão dos resultados produzidos.

Finalizando esta introdução, registram-se os principais aspectos conceituais que dizem respeito à taxa de rotatividade utilizada nos estudos. Tanto o MTE quanto o DIEESE, e grande parte dos pesquisadores, tomam por base de cálculo a movimentação de admitidos e desligados. Essa abordagem considera o valor mínimo de cada um desses dados quantitativos, dentro de um mesmo ano, como *proxy* da substituição no mercado de trabalho. Nesse sentido, o menor valor - o mínimo - entre as admissões e os desligamentos é utilizado como indicador do volume de substituição. A relação entre esse valor mínimo e o estoque médio de trabalhadores em dois anos define a taxa de rotatividade¹. Este é o critério do cálculo da rotatividade que será utilizado também neste relatório.

A justificativa para o uso do mínimo entre admitidos e desligados funda-se na necessidade de desconsiderar no cálculo da rotatividade a influência da variação líquida da movimentação anual, tanto a positiva como a negativa, na determinação do saldo, no período de cálculo, tem como fundamento o pressuposto de que se a admissão é maior que o desligamento, o volume dele deve-se à necessidade de substituição. De igual modo, se os desligamentos forem superiores à admissão, supõe-se que o volume destas corresponde à necessidade de repor os postos desligados. Assim, a parcela do volume de admissões que supera o volume de desligamentos é considerada expansão do emprego, enquanto a parcela do volume de desligamentos que supera o volume de admissões é considerada como redução do emprego.

A rotatividade assim calculada reflete o volume total dos desligamentos ocorridos no mercado de trabalho, independentemente da motivação destes. Ou seja, tanto os desligamentos promovidos por decisão meramente patronal, quanto aqueles desligamentos para os quais também houve concurso dos trabalhadores. Com o intuito

¹ Taxa de rotatividade = $\frac{\text{Mín(admitidos;desligados)}}{(\text{Estoque do ano}+\text{Estoque do ano anterior})/2}$

de contribuir com o debate da adoção da Convenção 158 da OIT, foi elaborado um outro cálculo do fenômeno da rotatividade, excluindo-se do total dos desligamentos os casos de motivos também ligados aos trabalhadores: os desligamentos a pedido do trabalhador, e os desligamentos decorrentes das mortes, das aposentadorias e das transferências dos trabalhadores. Este cálculo foi denominado de taxa descontada da rotatividade, devido à exclusão do volume de desligamentos oriundos destes motivos do cálculo da taxa de rotatividade. A taxa assim calculada, expressa de forma mais precisa a rotatividade que revela decisão de demitir resultante de deliberação exclusivamente patronal, podendo ser caracterizada como as “demissões imotivadas”, nos termos da mencionada Resolução 158 da OIT.

PARTE 1

ESTUDO DA ROTATIVIDADE NOS ESTABELECIMENTOS/EMPRESAS

CONCEITUAÇÃO

Nesta parte do trabalho, será desenvolvida a análise voltada a aspectos conceituais da rotatividade e de suas implicações na mensuração do fenômeno. Também serão apresentados a metodologia do cálculo e os resultados da mensuração da taxa de rotatividade do mercado de trabalho formal e para os setores e subsetores das atividades econômicas, referentes a 2001, 2004, 2008 e 2009.

A rotatividade encontra-se presente no debate brasileiro, pelo menos, há quatro décadas. É um tema de grande preocupação social, usado como se seu significado fosse de “senso comum”. O fenômeno é aparentemente de compreensão fácil². Conceitualmente, representa a substituição do ocupante de um posto de trabalho por outro, ou seja, a demissão seguida de admissão. Seja em um posto de trabalho específico, de forma individualizada ou em diversos postos, atingindo a um grupo de trabalhadores.

O conceito da rotatividade é de fácil entendimento, entretanto, classificar de forma precisa a substituição no posto de trabalho, mensurar a ocorrência, apreender os motivos da determinação tornam-se tarefas de grande complexidade analítica, devido à correlação com uma série de fenômenos de diferentes naturezas que influem na movimentação do mercado de trabalho. Entre eles, estão os de natureza econômica, que podem ser exemplificados por meio da dimensão conjuntural ligada a um ciclo produtivo expansivo ou recessivo, dos “custos comparados” das empresas, da produtividade; os de natureza política, aqui entendida como a “institucionalidade” que regula ou desregula o mercado de trabalho, sobretudo no que diz respeito à flexibilidade na contratação e descontração da força de trabalho; os de natureza sociológica, que determinam as concepções sobre as relações de trabalho e sobre o emprego; os de natureza tecnológica, que orientam as escolhas produtivas e que influem sobre o volume de força de trabalho empregada, entre outros exemplos, que poderiam ser usados para esclarecer a complexidade do tema.

² O termo rotatividade tem como uso correlato expressões tais como “ajuste da mão de obra”, “enxugamento do quadro”, o “giro de pessoal”, numa linguagem mais tecnicista. Na fala cotidiana dos trabalhadores, o termo expressa-se através do “rodar”, no sentido de promover o rodízio, tanto de forma individual como coletivamente, em “estão rodando pessoal”, ou ainda, de forma muito direta e incisiva, através do “passar o facão” indicando o corte de trabalhadores.

O conceito de rotatividade como substituição no posto de trabalho é de grande utilização na literatura sobre o tema, porém, a possibilidade de mensuração do fenômeno, referenciando o conceito na substituição “estrito senso”, apresenta algumas dificuldades analíticas, para além daquelas já mencionadas na literatura, conforme dito anteriormente, que devem ser explicitadas.

Em primeiro lugar, trata-se da dificuldade de definir o posto de trabalho e, como decorrência, também de identificar se uma contratação está sendo feita para substituir uma demissão, em um posto de trabalho específico. Segundo Ribeiro, o posto de trabalho:

“... diz respeito ao número de trabalhadores que podem ser empregados em uma empresa, sua capacidade. Todavia, o número de ocupados em uma empresa pode ser menor do que o número de postos de trabalho, pois pode haver postos vagos. Uma empresa pode demitir trabalhadores sem destruir postos de trabalho, embora, no longo prazo, seja difícil de imaginar que ela manteria tais postos abertos por muito tempo...” (RIBEIRO, 2001³).

Na definição do autor, postos de trabalho e emprego tendem a se igualar por intermédio dos trabalhadores, que podem ser empregados, inclusive com cada posto, no longo prazo, correspondendo a um emprego, pois se torna “difícil imaginar que ela (a empresa) manteria tais postos abertos por muito tempo”. A conceituação indica também que os postos de trabalho correspondem à capacidade da empresa de gerar empregos, ou seja, de definir o número de trabalhadores a serem empregados. Neste ponto, reside um dos aspectos fundamentais da determinação do posto de trabalho, como se argumentará na sequência.

Todo posto de trabalho do mercado formal, para realizar a função produtiva, corresponde, na origem, a uma necessidade técnica das empresas. Assim, estas, segundo a complexidade tecnológica, natureza produtiva e o porte planejado, dependem de inúmeros e diversos postos de trabalho diferenciados tecnicamente. A necessidade técnica e o porte da empresa constituem dimensões que definem a estrutura dos postos de trabalho - rol de funções técnicas correspondentes - das empresas e o contingente de empregos – trabalhadores - necessários à estrutura produtiva. A complexidade técnica do processo produtivo determina a base tecnológica do empreendimento e,

³ RIBEIRO, E. P. Rotatividade de trabalhadores e criação e destruição de postos de trabalho: aspectos conceituais. Rio de Janeiro: IPEA, set. 2001. (Texto para Discussão. n. 820).

simplificadamente, pode ser entendida como a capacidade física dos equipamentos⁴, que, combinada com o emprego e o uso da força de trabalho, delimita o potencial⁵ de produção das empresas. Definida a tecnologia, determina-se o parâmetro que conforma, quantitativamente e qualitativamente, o contingente de postos de trabalho, no curto prazo, como o gradiente de alternativas que parte de um mínimo de empregos necessários, sem o qual a produção tecnicamente não se realiza, a um máximo de empregos, a partir do qual o acréscimo do número de trabalhadores torna-se “improdutivo”, quer dizer, a busca do nível “ótimo” na combinação dos “fatores”, em função do tamanho do mercado e de suas variações cíclicas.

Na determinação do contingente de emprego das empresas, portanto, observa-se também a influência da conjuntura econômica e do ciclo produtivo anual, que definem o “tamanho do mercado”, delimitando o volume de força de trabalho a ser empregada no curto prazo. Assim, para além do volume mínimo e máximo, que são alternativas colocadas pelo potencial técnico, as empresas são orientadas pela busca “do menor custo de produção” contratando trabalhadores no “nível ótimo”. Com esse objetivo promovem o “ajuste de mão de obra” necessário no curto prazo. Estes “ajustes” não obedecem apenas à flexibilidade quantitativa do volume de empregos. Existe também a possibilidade de “usos alternativos” da força de trabalho relacionados à intensidade, relativa e absoluta, no exercício do trabalho, e relacionada também a diferentes formas de organização e gestão do processo de trabalho.

Dessa forma, a estrutura dos postos de trabalho, a qualificação necessária dos trabalhadores para ocupá-los, os planos de cargos e carreiras correspondentes a eles, bem como o volume de emprego a ser contratado são informações estratégicas, por um lado, do posicionamento concorrencial, e por outro, da política de pessoal de cada empresa, por meio do setor de gestão de recursos humanos. Não é por menos que a literatura específica sobre a administração de recursos humanos tem as condições de trabalho e as relações de trabalho⁶ como fontes de avaliação da “saúde organizacional” das empresas. Nesta literatura, recomenda-se o estudo da rotatividade tanto como instrumento que “aponta para a necessidade de acionar um serviço de recrutamento e

⁴ Na acepção geral de equipamentos, máquinas, instalações etc.

⁵ É óbvio que há o pressuposto de adequação dos “insumos” necessários.

⁶ Chiavenato atribui a rotatividade a fatores “externos” e “internos”. Entre os motivos internos, indica diversos relacionados às condições e relações de trabalho, tais como: política salarial e de benefícios, tipo de supervisão, oportunidade de crescimento profissional, relacionamento, condições físicas e ambientais de trabalho, política disciplinar, entre outros.

seleção” (MARRAS, 2009⁷), bem como sendo um dos elementos de avaliação da adequação, ou não, da política de pessoal, e da posição diante da “retenção de talentos” no mercado de trabalho. Dessa forma, a gestão de pessoal torna-se uma espécie de “segredo administrativo”, cujo conhecimento é restrito dos gestores das empresas.⁸ Dessa forma, as definições da política de pessoal e de suas implicações, em termos salariais, dos requerimentos de qualificação e formação profissional, da “oportunidade de carreira”, entre outros, que também são elementos fundamentais na definição do posto de trabalho, constituem elementos estratégicos do conhecimento das empresas.

Uma segunda dificuldade de caracterizar a substituição no posto de trabalho diz respeito ao processo de “terceirização da mão de obra”. Neste caso, o problema vincula-se ao regime de contratação, por meio do qual se substituem trabalhadores, antes contratados diretamente pelas empresas, por outros contratados através de empresas “terceiras”. Neste caso, haverá o fechamento de postos de trabalho em uma e a contratação em outra, o que, do ponto de vista da realização da atividade produtiva, representa uma substituição para a realização de certas tarefas. Este tipo de contratação determina outro tipo de dificuldade em se caracterizar a substituição “estrito senso” no posto de trabalho. Além disso, obscurece a identificação das empresas ou dos estabelecimentos que estão “criando empregos” e dos que estão “destruindo emprego”. Parte das empresas ou dos estabelecimentos que estão criando emprego pode ser “terceiras”, com o objetivo de atender as terceirizadas que, no caso, representam parte das empresas que destroem empregos. Como este tipo de contratação não é informada, nem pela contratante nem pela contratada, torna-se impossível precisar a criação e a destruição de postos de trabalho nas empresas que se utilizam da “terceirização”. É possível detectar no mercado de trabalho apenas a movimentação de empregos, realizada pelas empresas que oferecem a “mão de obra terceirizada”, comumente denominadas de “locadoras de mão de obra”⁹.

⁷ MARRAS, Jean Pierre. Administração de recursos humanos: do operacional ao estratégico. 13. ed., São Paulo: Saraiva, 2009.

⁸ Mesmo nas negociações sindicais, é comum que uma parte dos temas da pauta dos trabalhadores seja classificada como elementos afetos à “política de pessoal” da empresa, e, como tal, não sujeitos à negociação.

⁹ A terceirização é um fenômeno extremamente complexo do qual resultam distintas preocupações. Um ponto importante do debate é a questão da terceirização na atividade fim versus atividade meio. Outro ponto diz respeito à questão da precarização dos contratos de trabalho sobre a forma de terceiros. Não obstante, uma grande preocupação refere-se a uma prática recorrente, que diz respeito às irregularidades de empresas que se constituem como terceiras e somem do mercado sem cumprir as obrigações contratuais com os trabalhadores.

Sobre importância quantitativa da “terceirização” no mercado de trabalho brasileiro, dois importantes trabalhos devem ser mencionados. O primeiro nos traz a indicação de que:

No Brasil, a redução de custos por meio da terceirização é potencializada pela enorme heterogeneidade existente no mercado de trabalho do país. São grandes as diferenças de salários, benefícios, jornadas de trabalho, condições de trabalho e organização sindical, que se verificam entre as grandes, médias e pequenas empresas; entre as multinacionais e nacionais; entre as regiões do País; entre os setores de atividade. Neste quadro, a terceirização pode, de fato, significar para a empresa que terceiriza acentuada redução de custos.

Ainda deste mesmo estudo, transcreve-se tabela elaborada pelos autores, a partir de uma pesquisa realizada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), que revela o uso generalizado da contratação terceirizada pelos segmentos industriais brasileiros, conforme demonstrado a seguir:

Tabela 4: PARTICIPAÇÃO DAS RESPOSTAS POR SETOR DE ATIVIDADE INDUSTRIAL QUANDO PERGUNTADO EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO DOS TRABALHADORES TERCEIRIZADOS NO TOTAL DA EMPRESA, BRASIL, 2008

	Até 10% do total de trabalhadores	De 10% a 25% do total de trabalhadores	até 25% do total de trabalhadores	Acima de 25% do total de trabalhadores
Refino de petróleo	40 %		0 %	60 %
Indústrias extrativas	57 %		10 %	34 %
Vestuário	46 %		21 %	32 %
Papel e celulose	48 %		20 %	32 %
Metalurgia básica	51 %		26 %	24 %
Calçados	41 %		35 %	24 %
Química	62 %		19 %	19 %
Outros equipamentos de transporte	63 %		18 %	18 %
Bebidas	59 %		25 %	16 %
Edição e impressão	67 %		19 %	15 %
Madeira	86 %		0 %	14 %
Farmacêuticos	68 %		18 %	14 %
Materiais eletrônicos e de comunicação	43 %		43 %	14 %
Minerais não metálicos	71 %		17 %	12 %
Mãq. e materiais elétricos	73 %		17 %	11 %
Produtos de metal	80 %		11 %	9 %
Limpeza e perfumaria	84 %		8 %	8 %
Alcool	58 %		33 %	8 %
Veículos automotores	43 %		48 %	8 %
Equipamentos Hospitalares e de precisão	81 %		13 %	6 %
Alimentos	71 %		23 %	5 %
Têxteis	90 %		5 %	5 %
Máquinas e equipamentos	74 %		21 %	4 %
Borracha	66 %		33 %	0 %
Plástico	63 %		38 %	0 %
Couros	88 %		11 %	0 %
Móveis	84 %		16 %	0 %

Elaboração própria dos autores a partir dos resultados da Sondagem Especial CNI. Terceirização: utilização de serviços terceirizados pela indústria brasileira. Abril de 2009.

O segundo estudo a ser mencionado diz respeito a uma pesquisa pioneira sobre o tema, realizada por Pochmann, em parceria com o Sindicato dos Empregados em Empresas de Prestação de Serviços a Terceiros, Colocação e Administração de Mão de Obra, Trabalho Temporário, Leitura de Medidores e Entrega de Avisos do Estado de São

Paulo (Sindeepres). Este estudo teve como base geográfica o Estado de São Paulo. Teve como principais conclusões:

“No Estado, houve a geração de três milhões de empregos formais de 1985 a 2005. Deste total, 12,1% foram de ocupações geradas nos empreendimentos envolvidos com a terceirização de mão de obra.

O número de trabalhadores formais em empresas de terceirização passou de 60.476, em 1985, para 424.973, em 2005. Isso significa que, enquanto o número de empregos formais foi multiplicado por 1,4 vezes, o total de trabalhadores em empresas de terceirização foi multiplicado por sete vezes.

O número de empresas de terceirização de mão de obra passou de 257 para 6.308 empreendimentos.

O ritmo de criação de empreendimentos terceirizados foi bem mais intenso que o do total dos empregos gerados: em 2005, cada empresa de terceirização de mão de obra tinha em média 67 empregados contratados, contra 235 em 1985.

Foi também expressivo o crescimento de trabalhadores contratados como pessoa jurídica (PJ). Em 2005, 33% das empresas de mão de obra não tinham empregados, contra menos de 5, em 1985. Em 20 anos, o número de PJs no Estado de São Paulo aumentou 174 vezes.”

O quantitativo e o “uso da força de trabalho” são questões presentes no embate sindical brasileiro. A visão e o confronto de interesses dos trabalhadores e do patronato exprimem-se em questões como a redução da jornada de trabalho, o controle da extensão das jornadas diárias por meio das limitações do uso das horas extraordinárias, a regulação dos “bancos de horas”, os embates de definição das “escalas de trabalho” dos regimes de trabalho em turnos, entre outros temas. Entretanto, a questão da “terceirização”, da flexibilidade contratual e da rotatividade são temas relevantes na agenda pública do debate sobre o mercado de trabalho brasileiro.

Ainda que haja dificuldade em precisar a substituição, “estrito senso”, em um posto de trabalho, a movimentação realizada em termos de admissões e desligamentos deve ser informada ao Ministério do Trabalho e Emprego, por determinação legal. O fluxo mensal é informado no CAGED e o registro anual das informações sobre todas as movimentações realizadas no ano, informadas por meio da RAIS. Com base no suposto que o movimento de pessoal realizado pelas empresas obedece à lógica da “racionalidade econômica”, pode-se concluir que a movimentação realizada por elas,

em relação a admissões e desligamentos, atende a necessidade quantitativa de uso de força de trabalho para a realização das atividades produtivas¹⁰. Tanto a admissão como o desligamento são partes de uma mesma racionalidade econômica e representam o “ajustamento da mão de obra” no curto prazo, realizado pelos estabelecimentos que compõem as empresas, e indicam a rotação anual de parte do contingente da força de trabalho. Dessa forma, os registros administrativos da RAIS permitem identificar o volume e as principais características dos contratos de trabalho no mercado formal, bem como a movimentação anual deles, em relação a admissões e desligamentos. São, dessa forma, indicadores da rotação de pessoal no mercado de trabalho.

A metodologia do cálculo da rotatividade no mercado formal de trabalho brasileiro

A movimentação de admitidos e desligados é consagrada na literatura, da base ao cálculo da rotatividade, considerando o valor mínimo de cada um desses quantitativos, como “proxy” da substituição no mercado de trabalho. Nesse sentido, o menor valor - o mínimo - entre as admissões e os desligamentos é utilizado como indicador do volume de substituição. Dessa forma, desconsidera-se no cálculo a influência da variação líquida da movimentação anual, tanto a positiva como a negativa, na determinação do saldo, no período de cálculo. Este procedimento tem como fundamento o pressuposto de que se a admissão é maior que os desligamentos e o volume deles deve-se à necessidade de substituição. De igual modo, se os desligamentos forem superiores à admissão, supõe-se que o volume destas corresponde à necessidade de repor os postos desligados. Assim, a parcela do volume de admissões que supera o volume de desligamentos é considerada expansão do emprego. Enquanto, a parcela do volume de desligamentos que supera o volume de admissões é considerada como redução do emprego.

Grande parte dos pesquisadores, o Ministério do Trabalho e Emprego e o DIEESE utilizam, há várias décadas, o conceito de substituição no cálculo da rotatividade no mercado formal de trabalho, mensurando-a com base no critério do valor mínimo entre admitidos e desligados, da movimentação promovida pelas empresas. Este é o critério

¹⁰ O uso contumaz e intenso de “horas extraordinárias” por uma parte das empresas brasileiras é um indicativo de que elas operam com quantitativo mínimo de força de trabalho necessário às suas atividades.

do cálculo da rotatividade que será utilizado também neste trabalho. O objetivo é mensurar a rotatividade no mercado formal de trabalho brasileiro, considerando tanto a movimentação realizada pelo setor público quanto pelo privado. A participação do setor público é de grande importância na conformação do mercado de trabalho, representando um pouco mais de um quinto do estoque anual verificado na RAIS, no decorrer da década passada. Há de se ressaltar que, embora a maior parte dos trabalhadores do setor público, os “estatutários”, tenha estabilidade no emprego, admitidos por concurso público, outra parte dos trabalhadores do setor é contratada sob o “regime celetista”, também influenciando sobre a movimentação do mercado de trabalho, e, em decorrência, sobre a taxa de rotatividade.

Dessa forma, tomando-se como referência o valor mínimo entre desligados e admitidos, será elaborado o cálculo da taxa de rotatividade do mercado formal de trabalho e dos setores de atividade econômica, para 2001, 2004, 2007, 2008 e 2009.

No debate público sobre os temas da flexibilidade e rotatividade no mercado formal de trabalho brasileiro, a intensa movimentação de contratos de trabalho é vista pelo movimento sindical dos trabalhadores como decorrentes da liberdade que as empresas têm de praticar as demissões. Para as empresas, o ato de demitir depende principalmente das condicionantes econômicas do mercado, não existindo restrições de outra natureza que não sejam as econômicas. Os “custos trabalhistas”, incidentes sobre a demissão, são de pleno controle administrativo das empresas. O FGTS é uma percentagem da remuneração que deve ser depositada mensalmente e os demais custos rescisórios são provisionados contabilmente. Dessa forma, estes custos compõem a formação dos produtos e serviços e são socializados através do mercado. Cumpridas as exigências legais, a demissão pode ser realizada de acordo com o interesse da empresa, com a iniciativa dos trabalhadores, por meio da “demissão voluntária”, com imperativos do ciclo de vida dos trabalhadores - aposentadoria e falecimento; e, por razões administrativas, através dos desligamentos que são seguidos por admissão, no caso das transferências que resultem na realocação do trabalhador. Entretanto, a grande maioria das demissões - cerca de $\frac{3}{4}$ - no mercado formal de trabalho deve-se à iniciativa das empresas. Diante da liberdade empresarial de demitir, o movimento dos trabalhadores propõe que o Brasil volte a ser signatário da Convenção N° 158 (DIEESE, 2008), da Organização Internacional do Trabalho, um mecanismo que não veda a demissão, mas que estabelece procedimentos a serem observados para efetivá-la. As taxas de

rotatividade são indicativas desta liberdade de demitir, dado que a “institucionalidade” não prevê mecanismos que inibam as demissões imotivadas, ao contrário, estas são facilitadas pela flexibilidade contratual.

A mensuração da rotatividade, com base no critério do mínimo entre admitidos e desligados, utiliza a informação totalizada do menor valor destas informações, tanto no cálculo da rotatividade do mercado de trabalho quanto no cálculo da rotatividade dos setores das atividades econômicas. O cálculo da rotatividade, além de ser indicador da substituição, é também um indicador da flexibilidade quantitativa no mercado de trabalho. Apesar disso, as taxas de rotatividade resultantes deste cálculo nada revelam sobre as motivações das demissões no mercado de trabalho. É objetivo deste trabalho contribuir com a identificação da influência dos motivos de desligamentos sobre o cálculo da rotatividade, mas que, na origem, não tenham relação direta com a liberdade de demitir das empresas, bem como dos desligamentos que não tipificam a demissão, pois não representam perda do posto de trabalho, como as transferências entre estabelecimentos empresariais e nos órgãos públicos. Com este objetivo¹¹, será realizado um segundo cálculo não considerando na definição do valor do mínimo o quantitativo das demissões realizadas a pedido dos trabalhadores, ou seja, as demissões voluntárias; os desligamentos decorrentes da morte e os das aposentadorias dos trabalhadores; bem como os originados das transferências, que implicam apenas em mudança contratual.

A exclusão deste conjunto de motivos de desligamentos¹² do cálculo da taxa tem como objetivo quantificar a parte da rotatividade que afeta dois temas presentes no debate sobre o mercado formal de trabalho brasileiro. O primeiro diz respeito à Convenção 158, da Organização Internacional do Trabalho. A exceção destes motivos de desligamento permite identificar a ordem de grandeza potencial da taxa de rotatividade relacionada aos desligamentos que tipificam a “demissão imotivada” no mercado de trabalho, pois exclui os desligamentos em que as motivações dizem respeito também aos trabalhadores. O segundo tema se refere à condição de acesso ao seguro desemprego, pois a exclusão destes motivos também identifica a ordem de grandeza da

¹¹ Embora não seja o foco deste trabalho, este tipo de procedimento de cálculo contribui também para melhor precisar quantitativamente a relação entre rotatividade e a condição de acesso aos fundos públicos, em função do término do vínculo empregatício.

¹² A demissão “por justa causa” decorre de uma decisão unilateral. Via de regra, é motivo de contencioso judicial sobre a adequação legal da decisão. Dessa forma, foi mantida no cálculo. Este motivo de desligamento tem pequeno peso relativo no total.

taxa de rotatividade que potencialmente impacta a utilização deste fundo público, já que os quatro motivos de desligamentos restringem a habilitação do trabalhador ao seguro.

Antes de apresentar os resultados da mensuração da rotatividade, chama-se a atenção para o uso do estoque médio como referência base para o cálculo da taxa de rotatividade¹³. Ou seja, a base do cálculo da rotatividade compreende a média do estoque do início de cada exercício e do estoque do final do exercício. A utilização do estoque médio tem como objetivo relativizar a influência de movimentações anuais atípicas na determinação da taxa de rotatividade. Deve-se prestar atenção ao fato de que as variações atípicas podem influir, positiva e negativamente, no resultado do estoque de 31 de dezembro de cada ano.

13 Geralmente, a informação usada como base - denominador - de cálculo é o estoque final do ano anterior que é a referência para a análise da movimentação do exercício seguinte da RAIS.

OS RESULTADOS DA MENSURAÇÃO DA TAXA DE ROTATIVIDADE

A Taxa de Rotatividade no Mercado de Trabalho Formal

A taxa de rotatividade global do mercado de trabalho no Brasil, calculada com base em toda a movimentação da RAIS, segundo o valor mínimo entre admitidos e desligados e relacionado ao estoque médio de cada exercício, apresentou resultados crescentes nos anos analisados, referentes à década passada. De um patamar de 45%, em 2001, manteve-se em 44%, em 2004; elevando-se para 47% em 2007; já em 2008, ano da “crise internacional”, a taxa assumiu o maior valor nestes anos, de 52,5%, em 2009, recuou para 49,4%. Estes resultados podem ser observados na segunda coluna da Tabela 2.

TABELA 2
Taxa de rotatividade do mercado formal de trabalho
Anos selecionados

(em %)

Anos	Taxa rotatividade do mercado de trabalho	Taxa rotatividade do mercado de trabalho com exclusão dos desligamentos (1)
2001	45,1	34,5
2004	43,6	32,9
2007	46,8	34,3
2008	52,5	37,5
2009	49,4	36,0

Fonte: MTE. RAIS

Elaboração: DIEESE

Nota: 1) Exclusão dos quatro motivos de desligamentos: transferências, aposentadoria, falecimento e demissão voluntária

Estes resultados revelam que, no final da década passada, houve uma rotação de postos de trabalho na movimentação da RAIS que equivalia a 45% no início da década passada, elevando-se para a rotação equivalente à metade do estoque médio dos anos de 2008 e de 2009. Estes resultados apresentados pela taxa de rotatividade do mercado formal de trabalho indicam o caráter pró-cíclico deste fenômeno no Brasil, ou seja, a rotatividade ao mesmo tempo em que o mercado de trabalho, observação já realizada

por diversos pesquisadores. As elevadas e crescentes taxas de rotatividade observadas nestes anos refletem a dinâmica pujante do mercado de trabalho, que apresentou significativo crescimento do estoque anual de empregos formais no período, mas que foi acompanhado pelo forte crescimento do volume de desligamentos anuais e pela curta duração de grande parte dos contratos de trabalho. .

Excluindo-se o total dos desligamentos motivados por transferências, aposentadorias, falecimentos, demissão voluntária, a taxa de rotatividade caiu para 34,5%, em 2001; para 32,9%, em 2004; 34,3%, em 2007; 37,5%, em 2008; e 36,0%, em 2009, conforme se observa na 3ª coluna da Tabela 2. Este cálculo, deduzindo os quatro motivos de desligamentos, indica redução de aproximadamente 10,6 e 10,7 pontos percentuais (pp.) na taxa de rotatividade de 2001 e de 2004; redução de quase 12,5 pp., em 2007; de 15,0 pp., em 2008; e de 13,4 pp. em 2009.

A distribuição da participação percentual de cada motivo sobre o total dos desligados pode ser observada na Tabela 3. Com base nestes resultados, indica-se a importância de cada motivo na conformação do total de desligamentos, nos anos:

TABELA 3
Motivo de desligamento sobre o total de desligamentos
(Anos selecionados)

Anos	Transferência	Aposentadoria	Falecimento	Demissão Voluntária	(em %)
					Total dos Quatro Motivos
2.001	6,0	0,6	0,4	16,6	23,6
2.004	6,2	0,7	0,4	17,2	24,5
2.007	6,7	0,6	0,3	19,2	26,9
2.008	6,5	0,6	0,3	21,2	28,7
2.009	6,6	0,7	0,3	19,6	27,2

Fonte: MTE. RAIS
Elaboração: DIEESE

O peso de cada motivo de desligamento sobre o total dos desligados em cada ano, conforme observado na Tabela 3 revela que:

- tanto o motivo do falecimento como o da aposentadoria do trabalhador tem pouca influência sobre o volume anual do total de desligamentos na RAIS. Em conjunto, estes motivos representaram 1,0% em cada um dos anos analisados;

- o quantitativo das transferências de trabalhadores, como motivo de desligamento, sobre o total de desligamentos, apresentou resultados que variaram de 6,0% a 6,7% nos

anos analisados. Em 2009, o peso dos desligamentos por este motivo, sobre o total de desligados, foi de 6,6%, mostrando-se crescente em relação ao início da década;

- os desligamentos por demissão voluntária, entre os quatro motivos, é o que tem maior expressão no cálculo: representava 16,6%, em 2001, e atingiu a maior participação percentual, de 21,2%, no ano da crise internacional, em 2008. Em 2009, a participação deste motivo retornou para 19,6% do total dos desligamentos, resultado crescente em comparação com o início da década;

- os quatro motivos de desligamentos, em conjunto, representam cerca de ¼ do total das demissões do início da década passada, suplantando este patamar ao final desta, quando atingiu 27,2% do total de desligamentos no mercado de trabalho.

Os cálculos realizados com base no procedimento que exclui o peso das decisões dos desligamentos para as quais os trabalhadores concorreram diretamente, recalculando a taxa de rotatividade para a qual as decisões de desligamento do trabalhador foram tomadas direta e unilateralmente pelas empresas¹⁴, indicam importante redução na ordem de grandeza da rotatividade. Conforme já visto, a redução foi de 10,6 pontos percentuais em 2001, e de 13,6 pontos percentuais, em 2009. Não obstante, ainda que os resultados representem uma redução significativa nas taxas de rotatividade de cada ano, os valores destas taxas encontrados após a redução dos motivos dos desligamentos continuam bem elevados, representando mais de um terço da rotação dos trabalhadores, segundo os vínculos contratuais no mercado formal de trabalho nos anos dos cálculos.

Lado a lado, ao importante desempenho do mercado formal de trabalho brasileiro revelado, sobretudo a partir de 2004, pela criação de 12 milhões de empregos formais, entre 2003 e 2009; pelo crescimento da formalização dos empregos, pela queda significativa da taxa de desemprego, entre outros pontos, persiste o problema da rotatividade que afeta negativamente o mercado de trabalho brasileiro, e que se caracteriza por ser um dos principais desafios da sociedade brasileira na busca de relações de trabalho mais equilibradas e duradouras, e de postos de trabalho de melhor qualidade, com vistas à implementação da Agenda do Trabalho Decente da OIT, segundo compromissos tripartites assumidos pelo governo, empresários e trabalhadores.

¹⁴ A “demissão por justa causa”.

A rotatividade segundo os setores das atividades econômicas

O mesmo procedimento metodológico usado para o cálculo da rotatividade no mercado de trabalho foi utilizado para o cálculo dos setores e subsetores das atividades econômicas. Os resultados detalhados dos cálculos específicos de cada setor de atividade são apresentados na Tabela 4. As principais características dos resultados são:

- o ordenamento dos setores das atividades econômicas, segundo a ordem de grandeza da taxa de rotatividade de cada setor de atividade econômica, se manteve em 2001 e 2009, obedecendo à seguinte sequência: 1º- construção civil; 2º- agricultura; 3º- comércio; 4º - serviços; 5º- indústria de transformação; 6º- indústria extrativa mineral; 7º- serviços industriais de utilidade pública e; 8º - administração pública;

- comparando a magnitude das taxas de rotatividade, os resultados apresentam grandes diferenças entre os setores de atividades econômicas. O setor agrícola e a construção civil apresentam taxas de rotatividade superiores a 100%% nos anos estudados, indicando que para cada vínculo do estoque médio do setor, em cada ano, existiu um ou mais vínculo desligado. Os setores do comércio e dos serviços apresentam taxas próximas ou superiores a 50%, portanto, acima da taxa de rotatividade do mercado formal de trabalho. A indústria de transformação apresenta taxas bem próximas às do mercado formal, em todos os anos analisados. No setor da indústria extrativa mineral e dos serviços industriais de utilidade pública, as taxas situam-se abaixo da taxa média de rotatividade do mercado formal de trabalho.

- no que diz respeito ao crescimento da taxa de rotatividade, também há diferenciação entre os setores. Na construção civil, na indústria extrativa mineral e no setor agrícola, entre 2009 e 2001, houve queda nas taxas. Quanto aos demais setores, todos apresentaram crescimento neste período. Entretanto, chama atenção o comportamento da taxa de rotatividade na administração pública, que embora apresente a menor taxa setorial, teve significativo crescimento entre 2009 com 2001;

- o impacto do forte “ajuste de pessoal”, decorrente da “crise internacional”, pode ser observado pela elevação da taxa de rotatividade em todos os setores, em 2008, seguida da redução em 2009. A exceção nesta tendência é verificada nos serviços de utilidade pública, para os quais a taxa de rotatividade de 2009 superou a de 2008.

TABELA 4
Taxas de rotatividade por setor de atividade econômica
Brasil - 2001-2009 (em%)

Setor de atividade	2001		2004		2007		2008		2009	
	Global	Global Transfer, aposentad, falecimento, demissão voluntária	Global	Global Transfer, aposentad, falecimento, demissão voluntária	Global	Global Transfer, aposentad, falecimento, demissão voluntária	Global	Global Transfer, aposentad, falecimento, demissão voluntária	Global	Global Transfer, aposentad, falecimento, demissão voluntária
Indústria extrativa mineral	32,6	23,33	32,7	22,6	29,2	19,3	31,1	22,0	27,4	20,0
Indústria de transf. Serv. industriais de util. pública	45,2	33,7	42,4	31,1	48,1	34,5	54,4	38,6	49,8	36,8
Indústria da constr. civil	21,9	13,7	19,0	12,9	20,9	13,3	22,4	14,4	24,9	17,2
Comércio	115,3	97,4	108,5	90,1	104,5	83,4	118,4	92,2	108,2	86,2
Serviços	54,2	41,4	51,3	38,5	55,2	40,3	60,1	42,5	57,6	41,6
Admin. públ. direta e autárquica	50,1	38,8	48,8	37,5	50,7	37,6	56,9	39,8	53,9	37,7
Agricultura, sicultura, criação de animais, extrat. vegetal	10,4	6,6	11,9	8,4	12,2	8,4	16,3	11,4	14,5	10,6
	100,2	74,5	104,1	75,7	106,5	79,9	108,3	78,6	98,3	74,4

Fonte: MTE. RAIS
Elaboração: DIEESE

No que diz respeito às taxas de rotatividade de cada setor, após o desconto dos quatro motivos de desligamentos, observa-se que ficou mantido o mesmo ordenamento dos setores, segundo a grandeza das taxas, sem as reduções. Em 2001 e 2009, mantém-se o seguinte ordenamento: 1º- construção civil, 2º- setor agrícola, 3º- comércio, 4º- serviços, 5º- indústria de transformação, 6º- indústria extrativa mineral, 7º- serviços industriais de utilidade pública e 8º - administração pública.

Comparando os resultados da participação percentual dos quatro motivos de desligamento sobre o total de desligados, em 2009 e 2001, os resultados apresentam diferenças importantes entre os setores, conforme mostra a Tabela 5.

- na indústria extrativa mineral, observa-se o peso expressivo das transferências em 2001 (15,0%), seguida da demissão voluntária (12,1%) sobre o total de desligamentos do setor. Em 2009, as transferências foram 11,1% e as demissões voluntárias, 14,4%. Em conjunto, registra-se uma pequena queda relativa dos quatro motivos na explicação dos desligamentos, de 28,5% para 27,1%, confrontando-se 2001 e 2009;

- no setor da indústria de transformação, a demissão voluntária é o principal entre os quatro motivos de desligamentos do setor, com resultado crescente na comparação de 2009 com 2001, respectivamente, de 18,7% e 16,8%. No que tange às transferências, observa-se que o resultado de 2009 é inferior ao de 2002, 6,6% contra 7,8%. Os quatro motivos tomados em conjunto praticamente mantêm a participação relativa em relação aos desligamentos do setor, 25,4% em 2001, e 26,1%, em 2009.

- no setor dos serviços industriais de utilidade pública, observa-se que a participação percentual das transferências foi reduzida à metade em 2009, caindo de 25,4%, em 2001, para 12,6%. Já a demissão voluntária, no período, elevou-se de 9,0% para 16,0%. Em conjunto, os quatro motivos apresentam queda no total de desligamentos, passando de 37,3%, em 2001, a 30,9%, em 2009;

-na construção civil, o motivo transferências teve participação significativa, ou seja, passou de 6,0%, em 2001, a de 7,4 %, em 2009. Os percentuais de demissão voluntária corresponderam a 9,1% (2001) e a 12,7% (2009). Estes dois motivos de desligamento explicam o crescimento do resultado conjunto dos quatro motivos de desligamentos que corresponderam a 15,5% (2001) e a 20,4% (2009);

- no comércio, a participação das demissões voluntárias e das transferências foi crescente na comparação de 2001 e 2009. As demissões voluntárias foram responsáveis por 17,1% e 20,6% do total dos desligamentos do setor, enquanto as transferências representaram 6,1% e 6,9%. No total, os quatro motivos representaram 23,7%, em 2001, e 27,9%, em 2009, dos desligamentos do setor;

- o setor de serviços tem apresentado resultados crescentes, com participação de 16,1% e 21,4% das demissões voluntárias, em 2001 e 2009, sobre o total de desligamentos do setor. Já as transferências responderam por 5,7% dos desligamentos, em 2001, e 7,9%, em 2009. Observa-se também o crescimento dos quatro motivos de desligamentos, sobre o total. Foi de 22,4%, em 2001, a 30,1%, em 2009;

- na administração pública, as demissões voluntárias foram responsáveis por 26,1% dos desligamentos, em 2001, e por 18,5%, em 2009. Neste setor, a aposentadoria é o segundo responsável pelo total dos desligamentos, com participação percentual de aproximadamente 6,5%, tanto em 2001 como em 2009. Em conjunto, os quatro motivos responderam por 36,2% dos desligamentos em 2001 e por 27,4%, em 2009;

- no setor agrícola, por sua vez, a demissão voluntária foi o principal motivo de desligamento, sendo responsável por aproximadamente 21,0% do total. A participação dos quatro motivos de desligamentos atingiu 25,5%, em 2001, e 24,3%, em 2009, sobre o total no setor.

TABELA 5
Participação dos motivos de desligamentos sobre o total de desligamentos, segundo setores de atividade econômica - 2001 e 2009 (em%)

Setor Atividade	Anos	Motivos dos Desligamentos				Total dos 4 Motivos
		Transferência	Aposentadoria	Falecimento	Demissão Voluntária	
Indústria extrativista mineral	2001	15,0	0,7	0,7	12,1	28,5
	2009	11,1	0,9	0,7	14,4	27,1
Indústria transformação	2001	7,8	0,5	0,3	16,8	25,4
	2009	6,6	0,5	0,3	18,7	26,1
Serviços utilidade pública (Siup)	2001	25,4	1,9	1,0	9,0	37,3
	2009	12,6	1,5	0,9	16,0	30,9
Construção civil	2001	6,0	0,1	0,2	9,1	15,5
	2009	7,3	0,1	0,2	12,7	20,4
Comércio	2001	6,1	0,1	0,3	17,1	23,7
	2009	6,9	0,2	0,2	20,6	27,9
Serviços	2001	5,7	0,3	0,3	16,1	22,4
	2009	7,9	0,5	0,3	21,4	30,1
Administração pública	2001	2,1	6,4	1,6	26,1	36,2
	2009	1,4	6,5	1,0	18,5	27,4
Agricultura	2001	4,2	0,3	0,3	20,7	25,5
	2009	2,4	0,2	0,3	21,4	24,3

Fonte: MTE. RAIS
Elaboração: DIEESE

Ao analisar o comportamento setorial dos motivos dos desligamentos e a participação percentual diante do total de desligamentos realizados nos setores, comparando 2009 com 2001, observa-se que os quatro motivos juntos apresentaram resultados crescentes em quatro setores de atividades econômicas e decrescentes em outros quatro. A participação cresceu 7,6 pp. nos serviços, 4,9 pp. na construção civil, 4,2 pp. no comércio e 0,7 pp. na indústria de transformação. A participação apresenta resultado decrescente, de menos 8,8 pp. na administração pública; de menos 6,3pp., nos serviços

industriais de utilidade pública; de menos 1,4 pp., na indústria extrativa mineral; e de menos 1,2. pp. na agricultura e pecuária.

Ainda cabe destacar, na comparação dos resultados do início e do final da década, que o motivo de desligamento por demissão voluntária cresce em todos os setores, exceto na administração pública. Os resultados são expressivos no setor de serviço industrial de utilidade pública (7,0 pp.), nos serviços (5,4 pp.), na construção civil (3,7pp.), e no comércio (3,4 pp.). De igual forma, o motivo transferência apresenta resultados expressivos, em termos relativos, nos serviços, no comércio e na construção civil.

Observa-se ainda que o motivo falecimento, apesar de ter uma pequena participação relativa nos setores, apresenta resultados diferenciados, entre eles.

A rotatividade nos subsetores das atividades econômicas

Os subsetores de atividades do setor do comércio

São dois os subsetores que compõem as atividades econômicas do comércio: o comércio atacadista, que abastece o comércio varejista, que, por sua vez, atende diretamente aos consumidores. O comércio ocupa a terceira posição no ranking da taxa de rotatividade do mercado de formal de trabalho, como já visto na seção anterior.

Analisando o resultado da taxa de rotatividade de cada subsetor, observa-se que não há grande discrepância entre eles. A taxa do comércio varejista é um pouco superior à do atacadista, em todos os anos analisados. As taxas de rotatividade de ambos são superiores à taxa global do mercado formal de trabalho. No varejista, foi de 54,8%, em 2001, e de 58,5%, em 2009, enquanto, no atacadista ficou em 51,1% e depois em 53,4% nesses anos. As taxas de rotatividade dos dois subsetores são superiores à taxa global do mercado formal de trabalho. Estes resultados indicam também o crescimento da taxa de rotatividade em ambos os segmentos desta atividade na comparação do resultado do final da década passada, com o do início, conforme Tabela 6.

TABELA 6
Taxa de rotatividade dos subsetores do setor do comércio
Anos selecionados

Subsetores de Atividades do Setor do Comércio	TAXA DE ROTATIVIDADE DOS SUBSETORES									
	Total	Desconto (1)	Total	Desconto (1)	Total	Desconto (1)	Total	Desconto (1)	Total	Desconto (1)
	2001		2004		2007		2008		2009	
Comércio varejista	54,8	41,6	51,7	38,6	55,8	40,7	60,9	42,9	58,5	42
Comércio atacadista	51,1	40,3	49,3	38,1	52,1	38,3	55,9	40,2	53,4	39,1

Fonte: MTE. RAIS

Elaboração: DIEESE

Nota: 1) Taxa com desconto dos desligados por transferência, aposentadoria, morte e demissão voluntária

No que tange ao desconto dos quatro motivos de desligamento do cálculo da rotatividade, no comércio varejista, representou 13,2 pp., na taxa de 2001, e 16,5pp. na de 2009. Já no caso do atacadista, a redução da taxa pelo desconto dos motivos representou 10,8 pp. e 14,3 pp., em 2001 e 2009. Este resultado indica que a importância dos quatro motivos de desligamento é um pouco mais elevada no comércio varejista.

Ao analisar os motivos de desligamentos sobre o total de desligados de cada subsetor comercial, conforme a Tabela 7, é possível observar que:

- em conjunto, os quatro motivos de desligamentos representaram 1/4, em 2001, e 28%, em 2009, do total de desligamentos do subsetor varejista. De igual modo, no atacadista, representaram 21,1%, em 2001, e 26,8%, em 2009.
- em ambos os subsetores, as demissões voluntárias, que já eram motivo predominante, ampliaram a participação diante do total de desligamentos do segmento;
- o motivo das transferências também ampliou a participação na explicação do total de desligamentos em cada um destes subsetores.

TABELA 7
Participação dos motivos de desligamentos no total de desligamentos dos
subsetores do Comércio
Anos selecionados

(em %)

Subsetor	Anos	Motivos de desligamentos (%)				
		Transferência	Aposentadoria	Falecimento	Demissão Voluntária	Total dos 4 motivos
Comércio Varejista	2001	6,1	0,1	0,3	17,6	24,1
	2009	6,6	0,1	0,2	21,1	28,1
Comércio Atacadista	2001	6,3	0,2	0,3	14,2	21,1
	2009	8,3	0,3	0,3	18,0	26,8

Fonte: MTE. RAIS
 Elaboração: DIEESE

O subsetor do comércio varejista tem significativa participação no volume de emprego formal do país. Foi responsável por 13,8% do estoque médio dos empregos, em 2001, e aumentou a participação sobre este para 15,5%, em 2009. Não obstante, este subsetor é responsável também por uma parcela significativa da movimentação anual do total de vínculos da RAIS. Respondeu por pouco menos de 1/5 dos desligamentos e das admissões no mercado formal brasileiro, em 2001 e em 2009.

O comércio atacadista, por sua vez, foi responsável por 2,7% do total de empregos formais do país em 2001 e, em 2009, elevou a participação, representando 3,1% dos empregos.

Os subsetores de atividades do setor da indústria de transformação

A indústria de transformação é composta de 12 subsetores. Nestes, houve crescimento da taxa de rotatividade na comparação de 2009 com 2001. Somente os subsetores da indústria de material elétrico e de comunicação e a indústria de calçados apresentaram taxas menores em 2009, comparadas às de 2001. Destacam-se também os subsetores da indústria de material de transporte e da indústria da madeira e mobiliário, nos quais as taxas de rotatividade de 2009 são bem próximas às de 2001, apesar de terem aumentado.

Entre outras características do comportamento da taxa de rotatividade na década passada, destacam-se as seguintes observações, conforme a Tabela 8.

- o ranking dos subsetores da indústria de transformação, baseado na ordem de grandeza da taxa de rotatividade, apresenta algumas alterações na posição dos subsetores na comparação do início (2001) e final (2009) da década. A indústria de calçados passou de 1º colocada, em 2001, para 2ª colocada, em 2009. A indústria de alimentos e bebidas era a 2ª colocada em 2001 e tornou-se a 1ª colocada, em 2009. O subsetor da madeira e do mobiliário manteve a 3ª colocação nesses anos. A indústria têxtil passou de 4ª a 5ª lugar. O segmento da borracha, fumo e couro foi da 5ª para a 4ª posição no ranking da taxa de rotatividade. O subsetor do material elétrico e de comunicação foi do 6º colocado, em 2001, para o 10º, em 2009. O segmento de minerais não metálicos caiu de 7ª para 6ª posição. A indústria mecânica saiu da 8ª para a 7ª colocação. A metalúrgica de 9ª para a 8ª posição. A química da 10ª para a 9ª. Os subsetores do papel e gráfica e o da indústria de material de transporte mantiveram a 11ª e a 12ª colocação, respectivamente.

- os subsetores da indústria de alimentos e bebidas, da indústria de calçados, da madeira e do mobiliário, da borracha, do fumo e do couro e o da indústria têxtil são os segmentos industriais que apresentaram taxas de rotatividade superiores às da indústria de transformação e à taxa global do mercado de trabalho, tanto em 2001, quanto em 2009;

- em todos os segmentos da indústria de transformação também foi observada forte elevação da taxa de rotatividade em 2008, como decorrência do “ajuste de mão de obra” em função da crise internacional, ocorrida naquele ano. Em 2009, as taxas recuaram em relação a 2008, embora tenham mantido a tendência de crescimento observada diante dos demais anos da década;

- efetuado o desconto dos quatro motivos de desligamento (transferência, aposentadoria, falecimento e demissão voluntária), a taxa de rotatividade cresceu em quase todos os subsetores das atividades econômicas, exceto na indústria de material elétrico e de comunicação, onde ficou em 36,4%, em 2001, e 32,5%, em 2009;

TABELA 8
Participação do motivo de desligamento no total de desligamentos dos
subsetores da indústria de transformação - Anos selecionados (em %)

Setor e subsetores da Indústria de Transformação	Taxa do Subsetor	Taxa Descontada (1)								
	2001		2004		2007		2008		2009	
Indústria transform.	45,2	33,7	42,4	31,1	48,1	34,5	54,4	38,6	49,8	36,8
Mineral não-metálico	43,8	33,8	39,8	30,2	44,9	33,0	52,6	37,1	48,5	36,1
Metalúrgica	37,3	30,2	35,6	27,7	40,8	30,3	48,8	36,3	43,5	37,0
Mecânica	39,0	30,3	36,5	28,1	45,0	33,0	53,9	40,4	44,3	37,9
Material elétrico e comunic.	44,8	36,4	32,9	22,7	40,7	27,9	44,0	32,2	39,2	32,5
Mat transp	25,5	18,3	20,6	14,0	22,9	15,7	32,2	22,8	25,7	23,5
Madeira mobil. e	52,0	38,0	53,3	36,6	53,5	39,6	57,1	42,6	52,5	38,9
Papel e gráfica	35,9	27,6	32,2	24,2	35,8	26,2	40,3	28,1	38,3	27,9
Borracha, fumo e couro	47,3	38,1	48,3	37,7	52,8	39,2	56,9	42,6	51,0	39,2
Química	37,0	27,4	31,9	23,8	37,2	26,9	43,8	31,0	39,4	28,5
Têxtil	47,6	34,9	42,4	30,9	48,9	35,0	54,0	37,7	50,7	36,1
Calçados	64,5	44,7	57,3	40,9	65,3	48,8	73,8	56,6	58,8	46,4
Alim. e bebidas	54,2	39,4	54,6	39,8	62,2	43,0	67,2	46,0	62,7	44,1

Fonte: MTE. RAIS

Elaboração: DIEESE

Nota: 1) Exclui da definição do mínimo os seguintes motivos de desligamento: transferências, falecimento, aposentadoria, demissão voluntária

Os resultados da participação relativa de cada motivo de desligamento sobre o total dos desligamentos de cada subsetor das atividades econômicas, no início e no final da década, podem ser observados na Tabela 9, a partir do qual se apontam as seguintes observações para cada subsetor, comparando os resultados de 2009 com 2001:

- no subsetor dos minerais não metálicos, os quatros motivos juntos foram responsáveis por 22,8% dos desligamentos, em 2001, e por 25,5%, em 2009. O motivo das transferências perdeu participação na comparação desses anos, enquanto as demissões voluntárias cresceram a participação;
- no subsetor da indústria metalúrgica, os quatros motivos de desligamentos explicam aproximadamente 1/5 destes, no início e fim da década. As demissões voluntárias perderam participação relativa, enquanto a do motivo transferência foi ampliada significativamente;
- no segmento da indústria mecânica, os quatros motivos perderam participação relativa na explicação dos desligamentos (22,3%, em 2001, e 19,6%, em 2009). Para esse resultado contribuiu a queda nas transferências e na demissão voluntária;

- no subsetor da indústria de material elétrico e comunicação, a participação dos quatro motivos de desligamentos praticamente se manteve: 22,8%, em 2001, e 22,2%, em 2009. Neste segmento, foi observada queda da participação relativa do motivo transferências, que caiu de 11,3% para 7,5%, enquanto se elevou a demissão voluntária, de 10,8% para 13,8%;
- no subsetor do material de transporte, o total dos quatro motivos apresentou queda na explicação dos desligamentos: de 28,3%, em 2001, a participação relativa caiu para 21,1% em 2009. Para este resultado, contribuiu a queda no motivo transferências, de 15,0% em 2001, para 8,1% em 2009. Por sua vez, o motivo das demissões voluntárias manteve a participação em 11,0%. Chama atenção, neste segmento, o motivo da aposentadoria, que apresentou a maior participação no conjunto de subsetores da indústria de transformação;
- no subsetor da madeira e do mobiliário, os quatro motivos explicam mais de ¼ dos desligamentos, em 2001 e em 2009. De forma expressiva, as demissões voluntárias representam o principal motivo para o total de desligados da atividade econômica;
- o segmento industrial do papel e gráfica apresenta resultado crescente no total dos quatro motivos de desligamento, cuja participação foi de 23,1% em 2001, e de 27,3% em 2009. Para esse resultado concorreu pequeno crescimento das transferências e da demissão voluntária;
- no subsetor da borracha, do fumo e do couro, a participação dos quatro motivos de desligamentos cresceram de 19,3% em 2001, para 23,2% em 2009, resultado decorrente do crescimento das transferências e das demissões imotivadas;
- no segmento da indústria química, os quatro motivos apresentaram pequeno acréscimo na participação sobre o total de desligados, de 26,0% para 27,7%. Resultado este explicado pela leve queda das transferências e pela leve elevação das demissões voluntárias;
- no subsetor têxtil também se observa o leve crescimento dos quatro motivos de desligamentos sobre o total de desligados, de 26,8% para 28,9%, devido à queda das transferências e elevação das demissões voluntárias;

- o subsetor da indústria dos calçados é o que apresenta maior redução da participação dos quatro motivos de desligamentos, sobre o total de desligados no ano do setor. Esta participação representou 30,7%, em 2001, e 21,1%, em 2009. Para este resultado, concorreu o decréscimo de aproximadamente 5,0 pp., tanto nas transferências como nas demissões voluntárias;

- no segmento da indústria dos alimentos e bebidas, os quatro motivos apresentaram pequeno acréscimo na participação sobre o total de desligamentos no ano do setor, de 27,2% para 29,7%. Resultado este explicado pela queda da participação das transferências e pela elevação das demissões voluntárias, ampliada em 5,9 pp.

TABELA 9
Participação do motivo de desligamento no total de desligamentos dos subsetores da indústria de transformação (em%)

Subsetor	Anos	Motivos de desligamentos (%)				
		Transferência	Aposentadoria	Falecimento	Demissão voluntária	Total 4 motivos
Mineral não-metálico	2001	5,3	0,5	0,4	16,6	22,8
	2009	4,7	0,5	0,5	19,8	25,5
Metalúrgica	2001	3,6	0,7	0,4	14,2	19,0
	2009	6,4	0,5	0,3	13,0	20,2
Mecânica	2001	7,5	0,7	0,4	13,8	22,3
	2009	5,5	0,8	0,3	13,1	19,6
Material elétrico e comunicação	2001	11,3	0,5	0,2	10,8	22,8
	2009	7,5	0,6	0,3	13,8	22,2
Mat transp	2001	15,0	1,6	0,5	11,2	28,3
	2009	8,1	1,3	0,4	11,3	21,1
Madeira e mobiliário	2001	1,6	0,3	0,4	24,6	26,9
	2009	3,7	0,4	0,4	21,4	25,9
Papel e gráfica	2001	6,2	0,5	0,4	16,1	23,1
	2009	7,8	0,8	0,4	18,3	27,3
Borracha, fumo e couro	2001	3,9	0,5	0,3	14,6	19,3
	2009	5,6	0,8	0,3	16,6	23,2
Química	2001	10,2	0,5	0,3	15,0	26,0
	2009	9,6	0,5	0,3	17,2	27,7
Têxtil	2001	6,2	0,4	0,2	19,9	26,8
	2009	4,2	0,4	0,2	24,0	28,9
Calçados	2001	8,1	0,2	0,2	22,3	30,7
	2009	3,5	0,3	0,2	17,2	21,1
Alimentos e bebidas	2001	11,7	0,2	0,3	15,0	27,2
	2009	8,3	0,3	0,3	20,9	29,7

Fonte: MTE. RAIS
Elaboração: DIEESE

Como síntese do comportamento dos quatro motivos de desligamentos nos subsetores da indústria de transformação, observa-se que, na comparação de 2001 e 2009, registra-se o crescimento da participação dos quatro motivos de desligamentos em sete subsetores industriais, a saber: mineral não-metálico, metalúrgico, papel e gráfica, borracha, fumo e couro, químico, têxtil, e alimentos e bebidas. Nos outros cinco subsetores das atividades industriais, registra-se queda da participação dos quatro motivos de desligamentos, a saber: indústria mecânica, material elétrico e comunicação, madeira e mobiliário, e indústria do calçado. Os resultados destes subsetores, tomados agregadamente, indicam que, na indústria de transformação, a participação dos quatro motivos de desligamentos sobre o total de desligados desta indústria pouco alterou o resultado setorial, que foi de 25,4%, em 2001, e 26,1%, em 2009.

Os subsetores das atividades do setor dos serviços

O setor dos serviços é composto de seis subsetores de atividades econômicas. Nestes, a taxa de rotatividade cresceu em cinco segmentos da atividade industrial, na comparação entre 2009 e 2001. Somente o subsetor do comércio e administração de imóveis, valores mobiliários, serviços técnicos profissionais praticamente manteve a mesma taxa de rotatividade de 2001, em 2009. Entre outras características deste setor são indicadas as seguintes:

- o ranking dos subsetores das atividades ligadas aos serviços, baseado na ordem de grandeza da taxa de rotatividade, apresenta apenas uma alteração na posição dos subsetores, quando é feita a comparação das taxas registradas no início (2001) e no final (2009) da década passada. O posicionamento dos subsetores foi o seguinte: a 1ª colocação, comércio e administração de imóveis, valores mobiliários, serviços técnicos profissionais; 2ª posição, dos serviços de alojamento, alimentação, reparação, manutenção, redação; em 3º lugar, ficou o subsetor dos serviços de transportes e comunicações; na 4ª colocação, apareceu o segmento financeiro, com as instituições de crédito, de seguros e capitalização. Este posicionamento dos subsetores, da 1ª a 4ª colocação, foi idêntico em 2001 e 2009. Na 5ª e 6ª colocação do ranking, em 2001, apareceram os serviços médicos, odontológicos e veterinários e o segmento dos serviços ligados ao ensino. Em 2009, registrou-se a inversão no posicionamento desses dois

subsetores: o ensino passou à 5ª colocação e os serviços médicos, odontológicos e veterinários assumiram a 6ª colocação;

- chama atenção no setor dos serviços a magnitude da taxa de rotatividade do subsetor do comércio e administração de imóveis, valores mobiliários e serviços técnicos profissionais, que foi de 80,2%, em 2001, a de 79,0%, em 2009. O subsetor apresenta a terceira maior taxa de rotatividade do mercado formal brasileiro, suplantado apenas pelas taxas observadas na construção civil e no setor da agricultura, silvicultura, criação de animais, e extrativismo vegetal;

- a crise de 2008 também apresentou impacto sobre os subsetores dos serviços que apresentaram significativo crescimento no ano. Em 2009, as taxas caíram um pouco em quatro subsetores e se mantiveram em outros dois, resultando na queda taxa de rotatividade do setor de serviços, em 2009, na comparação com 2008;

- no que diz respeito ao ranking dos subsetores, baseado na ordem de grandeza da taxa de rotatividade após os descontos dos quatro motivos de desligamentos, observou-se o seguinte ordenamento: a 1ª colocação é do subsetor do comércio e administração de imóveis, valores mobiliários, serviços técnicos profissionais; a 2ª posição ficou com o subsetor dos serviços de alojamento, alimentação, reparação, manutenção, redação; em 3º lugar, ficaram os serviços de transportes e comunicações; na 4ª posição, apareceram os serviços médicos, odontológicos e veterinários e o segmento ligado ao ensino, com a mesma taxa; a 5ª colocação é do segmento dos serviços financeiros. Estes resultados referem-se ao ranking de 2001. Em relação ao de 2009, o segmento do ensino assumiu a 4ª colocação, enquanto os serviços médicos, odontológicos e veterinários passaram para a 5ª colocação e o setor financeiro ficou na 6ª.

TABELA 10
Taxa de rotatividade subsetores do setor serviços
Anos selecionados

Serviços e subsetores	Tx. do subsetor	Tx. Descontada (1)								
	2001		2004		2007		2008		2009	
Serviços	50,1	38,8	48,8	37,5	51,7	37,6	56,9	39,8	53,9	37,7
Instituições financeiras	26,5	13,2	25,4	10,6	28,4	10,2	32,0	13,1	32,0	10,7
Admin. de imóveis, valores mobil, serviços técnicos prof.	80,2	67,5	80,5	66,4	80,7	62,7	87,4	65,6	79,0	58,9
Transporte e Comunic.	39,4	28,9	36,8	26,2	42,6	29,8	46,4	31,1	46,0	31,7
Alojam., alimente., reparação, manut., redação	48,7	36,8	44,7	34,1	49,3	36,1	54,2	38,0	53,3	37,8
Serviços médicos, odont. e veterinários	25,2	17,3	23,2	15,5	25,8	15,8	29,4	17,0	29,4	17,2
Ensino	24,8	17,3	26,6	18,3	26,1	17,5	30,7	19,2	29,7	19,0

Fonte: MTE. RAIS

Elaboração: DIEESE

Nota: 1) Excluindo-se na definição do mínimo os motivos de desligamentos: transferência, aposentadoria, falecimento, demissão voluntária

Na Tabela 11, é apresentada a participação dos desligamentos sobre o total dos desligados dos subsetores das atividades que compõem o setor dos serviços.

TABELA 11
Participação do motivo de desligamento no total de desligamentos dos
subsetores dos serviços

(em%)

Setor e subsetor	Anos	Motivos de desligamentos (%)				
		Transferência	Aposentadoria	Falecimento	Demissão voluntária	Total 4 motivos
Serviços	2001	5,7	0,3	0,3	16,1	22,4
	2009	7,9	0,5	0,3	21,4	30,1
Instituições Financeiras	2001	38,5	1,6	0,2	12,8	53,1
	2009	52,1	1,1	0,2	13,6	67,0
Administração de imóveis, valores mobiliários, serviços técnicos profissionais	2001	3,2	0,1	0,2	12,4	15,9
	2009	6,3	0,1	0,2	18,8	25,4
Transporte e Comunicação	2001	11,4	0,5	0,5	14,2	26,6
	2009	10,3	0,8	0,5	19,4	31,0
Alojamento, alimentação, reparação, manutenção, redação	2001	3,3	0,2	0,3	20,8	24,6
	2009	3,4	0,4	0,3	25,0	29,0
Serviços médicos, odontológicos e veterinários	2001	4,8	0,9	0,4	25,1	31,2
	2009	9,8	1,1	0,3	30,1	41,3
Ensino	2001	5,9	0,8	0,5	23,1	30,3
	2009	7,0	1,4	0,4	27,1	36,0

Fonte: MTE. RAIS
 Elaboração: DIEESE

Destaca-se nos subsectores dos serviços o crescimento dos quatro motivos desligamentos em todos os segmentos da atividade econômica. A menor participação em 2009 foi de ¼, para o subsector do comércio e administração de imóveis, valores mobiliários, serviços técnicos profissionais, e a maior, de 67,0%, no segmento financeiro. A demissão voluntária predomina como principal motivo explicativo deste comportamento, em todos os subsectores, exceto no subsector financeiro. Neste, o motivo das transferências é o mais elevado não só setorialmente, mas também no resultado de todos os segmentos do mercado de trabalho.

PARTE 2

ESTUDO DO PERFIL DOS VÍNCULOS E DOS TRABALHADORES AFETADOS PELA ROTATIVIDADE

A movimentação da RAIS: vínculos, trabalhadores e estabelecimentos

Um exercício que cruza as informações dos vínculos da RAIS com o número do PIS do trabalhador relacionado a cada vínculo procura identificar como empregados contratados com carteira assinada movimentam-se dentro da RAIS. Este exercício procura verificar a permanência, a exclusão, a intermitência dos trabalhadores diante da situação de ativos ou inativos, de acordo com os registros administrativos. Um segundo exercício permite analisar a relação entre o volume de Desligados e a incidência de desligamentos nos estabelecimentos.

Os trabalhadores e os vínculos da RAIS

A visão de que a elevada “flexibilidade quantitativa” e a “flexibilidade contratual” constituem pilares básicos do funcionamento e da estruturação de mercado de trabalho formal brasileiro ficam evidentes segundo as características e na demonstração das elevadas e crescentes taxas de rotatividade. Dessa forma, a dinâmica do emprego revelada através dos registros administrativos da RAIS mostra que as alternativas de uso da força de trabalho, no que se refere aos aspectos contratuais e quantitativos, têm sido bastante funcionais diante da conformação do mercado de trabalho formal brasileiro. Essas alternativas têm assegurado a recomposição anual do estoque de empregos; garantido seu crescimento, ano a ano; atendendo as necessidades dos “picos de contratação de mão de obra”; além de oferecer, em cada novo exercício da RAIS, os “desligados” do exercício anterior.

A grande maioria dos trabalhadores brasileiros depende da venda da sua força de trabalho sob as condições de mercado, na medida em que o assalariamento é sua principal fonte de sobrevivência. Dessa forma, para uma parcela significativa dos trabalhadores, submeter-se a trabalhos precários, caracterizados, sobretudo, pela curta duração do vínculo empregatício, torna-se condição basilar de vida.

Diante destas imposições do mercado de trabalho, a RAIS permite verificar que o volume de vínculos anuais supera, em cerca de 20%, o número de trabalhadores, em cada ano. Uma parcela dos trabalhadores ocupa mais de um vínculo, ou seja, mais de um emprego. Neste caso estão incluídos, especialmente, os empregos parciais, que têm

como exemplos típicos professores, médicos etc. Outra parcela dedica-se a empregos de natureza sazonal, com duração limitada, que pode ser exemplificada pelos trabalhadores da construção civil e da agricultura. Uma terceira parte dos trabalhadores é contratada por meio de vínculos de curtíssima duração. Nesta situação encontram-se os inativos da RAIS que incluem os desligamentos de vínculos com até três meses de duração, típicos do contrato de experiência e que atingem cerca de 28% do total de inativos, em cada ano. Também há uma parcela de trabalhadores que é contratada através de contratos temporários e por prazo determinado, além das contratações terceirizadas que muitas vezes são de curta duração.

Seja qual for a natureza do contrato de trabalho, o desligamento coloca para o trabalhador assalariado a necessidade de buscar nova vaga no mercado de trabalho. Certamente, no caso de uma parcela dos desligados, essa busca pode ser adiada devido a situações de transição entre o mercado formal e informal de trabalho. A utilização do seguro-desemprego para aqueles trabalhadores que preenchem as condições de habilitação a este fundo social também pode postergar a procura por nova ocupação. Não obstante, a condição de assalariamento impõe à maioria dos trabalhadores desligados - inativos na RAIS - a necessidade de sempre tentar obter novo emprego no mercado formal de trabalho. A alternância entre a situação de ativo e de inativo e vice versa é indicativa de entrada e saída do mercado formal de trabalho de um conjunto de trabalhadores, caracterizada pela presença intermitente de um grupo de vínculos de trabalho na RAIS.

Com o objetivo de identificar o movimento entre a situação de ativos e inativos nos vínculos da RAIS, a equipe do DIEESE realizou uma análise com base nas informações de 2007, 2008 e 2009. Esta análise consistiu em primeiro momento, em identificar, na movimentação da RAIS em cada um dos anos considerados, o contingente de trabalhadores que permaneceu como ativo, o de inativos excluído da movimentação do ano, e o contingente que alternou sua situação entre ativo e inativo, tendo-se como referência a posição no estoque do fim do exercício de apuração dos registros administrativos. O segundo objetivo da análise foi identificar, na movimentação da RAIS, a presença ou não do contingente de trabalhadores que aparecem como desligados nos registros administrativos de um determinado ano, em dois exercícios que antecederam ao da análise, bem como indicar as principais atividades econômicas relacionadas aos vínculos deste contingente de trabalhadores.

A realização desta análise foi metodologicamente possível a partir de uma tabulação especial que consistiu em proceder ao cruzamento dos vínculos registrados na RAIS, em cada exercício de apuração, com o número do PIS do trabalhador correspondente à ocupação do vínculo. Os resultados deste procedimento serão apresentados a seguir.

A movimentação da RAIS 2009: vínculos e trabalhadores

Na movimentação da RAIS, em 2009, foram registrados, no decorrer do ano, 61,1 milhões de vínculos, aos quais estavam relacionados 50,2 milhões de trabalhadores. No estoque de 31 de dezembro foram encontrados 41,2 milhões ativos que correspondiam a 39,5 milhões de trabalhadores. Por sua vez, os inativos no ano totalizaram 19,9 milhões de vínculos, que correspondiam a 16,8 milhões de trabalhadores.

Os vínculos inativos de 2009 subdividem-se em dois grupos. O primeiro refere-se aos vínculos de trabalhadores que foram desligados e excluídos da movimentação da RAIS no exercício. Ou seja, trabalhadores que após serem desligados não ocuparam outro emprego no mercado formal, segundo os registros administrativos da RAIS. Este grupo é formado por 12,6 milhões de vínculos inativos referentes a 10,7 milhões de trabalhadores. Outro grupo de vínculos inativos diz respeito a trabalhadores que foram desligados durante o ano, mas que estavam ativos em 31 de dezembro de 2009. São 7,3 milhões de vínculos que correspondiam a 6,1 milhões de trabalhadores identificados pelo PIS.

Por sua vez, o grupo de vínculos ativos também se subdivide em dois grupos. O primeiro refere-se aos vínculos que apenas constaram como ativos durante o ano, e que totalizaram 34,9 milhões, em 2009, e corresponderam a 33,4 milhões de trabalhadores no ano. O segundo grupo de vínculos ativos totalizou 6,3 milhões, correspondentes a 6,1 milhões de trabalhadores que ficaram inativos no decorrer do ano, mas que compunham o estoque da RAIS, em 31 de dezembro.

Essa análise permite identificar dentre os 61,1 milhões de vínculos encontrados na RAIS em 2009, 7,3 milhões que estavam inativos, em 31 de dezembro, mas correspondiam a assalariados com carteira em parte do ano, e 6,3 milhões de vínculos de trabalhadores ativos no final de 2009, mas que estiveram entre os desligados durante

o ano. Os 13,6 milhões de vínculos resultantes da soma das duas situações referem-se a um mesmo grupo de 6,1 milhões de trabalhadores identificados pelo PIS, que, dessa forma, tiveram mais de um contrato de trabalho no decorrer do ano, e que fizeram parte do estoque de vínculos ativos da RAIS, em 31 de dezembro de 2009, o que pode ser visto no Quadro 1.

QUADRO 1
Resumo dos vínculos e trabalhadores RAIS 2009



Os trabalhadores inativos de 2009 foram localizados na movimentação da RAIS de 2008, período em que ocuparam 19,1 milhões de vínculos (96,0% dos vínculos inativos de 2009). Os dados indicam que 7,5 milhões destes vínculos não apareceram no estoque de 2008 e, portanto, tornaram-se inativos no decorrer do ano. Outros 11,7 milhões de vínculos estavam na condição de vínculos ativos no estoque de 31 de dezembro de 2008.

O mesmo exercício buscou os trabalhadores inativos de 2009 na movimentação da RAIS de 2007, ano em que foram identificados 14,5 milhões de vínculos da movimentação anual, o equivalente a 75,0% dos vínculos inativos de 2009. O movimento dos registros administrativos da RAIS indica que 6,1 milhões destes vínculos não fizeram parte do estoque de 2007 e, portanto, tornaram-se inativos também no decorrer deste ano. Outros 8,9 milhões de vínculos apresentavam a condição de vínculos ativos, no estoque da RAIS de 31 de dezembro de 2007 (Quadro 2).

QUADRO 2

Os desligados de 2009 foram encontrados pelo PIS em 2008 e 2007 :



Os trabalhadores inativos de 2009, que estavam presentes na movimentação da RAIS em 2008, encontravam-se majoritariamente no Sudeste (52,8%) e distribuíam-se especialmente entre cinco subsetores das atividades econômicas. Também no exercício realizado com os dados de 2007 foi verificado que os inativos foram encontrados principalmente no Sudeste (41,6%) e distribuídos nos mesmos subsetores de 2008, conforme se observa no Quadro 3.

QUADRO 3



A movimentação da RAIS 2008: vínculos e trabalhadores

A movimentação da RAIS em 2008 indica a ocorrência de 59,7 milhões de vínculos no ano, correspondentes a 48,5 milhões de trabalhadores. Os vínculos estavam distribuídos em 39,4 milhões de ativos, no estoque de 31 de dezembro, que correspondiam a 37,7 milhões de trabalhadores. Por sua vez, os inativos totalizaram, no ano, 20,2 milhões de vínculos, relativos a 16,8 milhões de trabalhadores.

Os vínculos inativos de 2008 subdividem-se em dois grupos. O primeiro refere-se aos vínculos ocupados por trabalhadores que foram desligados e excluídos da movimentação da RAIS no exercício. Ou seja, diz respeito a trabalhadores que após serem desligados não tiveram outro contrato no mercado formal no ano, segundo os registros administrativos da RAIS. Este grupo é composto por 12,9 milhões de vínculos inativos e por 10,8 milhões de trabalhadores. O outro grupo de vínculos inativos refere-se aos ligados a trabalhadores que foram desligados no ano, mas que estavam ativos em 31 de dezembro de 2008. São 7,3 milhões de vínculos que correspondiam a 6,0 milhões de trabalhadores identificados pelo PIS.

Por sua vez, o total de vínculos ativos também se subdivide em dois grupos. O primeiro se refere aos vínculos exclusivamente ativos durante o ano, que totalizaram 39,4 milhões, em 2009, e que corresponderam a 37,7 milhões de trabalhadores no ano. O segundo grupo de vínculos ativos totaliza 6,2 milhões de vínculos, correspondente aos 6,0 milhões de trabalhadores que ficaram inativos, no decorrer do ano, mas que compunham o estoque da RAIS, em 31 de dezembro.

Essa análise permite identificar que dos 59,7 milhões de vínculos que constitui a movimentação da RAIS em 2008, fazem parte 7,3 milhões de vínculos que ficaram inativos durante o ano, e 6,2 milhões de vínculos ativos referentes a trabalhadores desligados no ano. Este resultado totaliza 13,5 milhões de vínculos de um mesmo grupo de 6,0 milhões de trabalhadores identificados pelo PIS que tiveram mais de um contrato de trabalho no decorrer do ano e que fizeram parte do estoque de vínculos ativos, em 31 de dezembro de 2008, como mostra o Quadro 4.

QUADRO 4

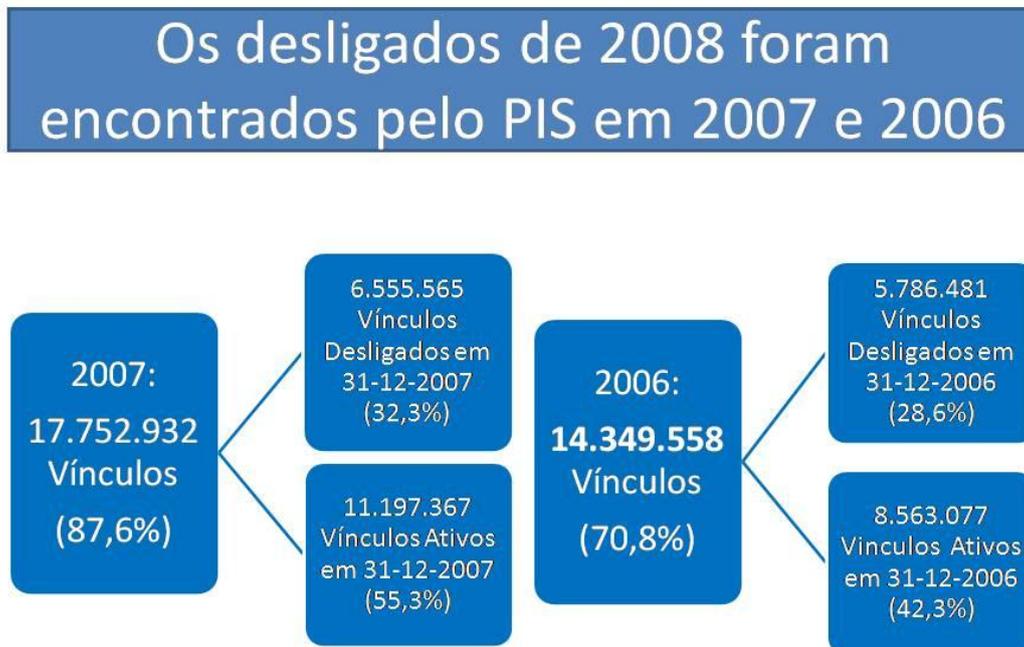
Resumo dos vínculos e trabalhadores Rais 2008



Os trabalhadores inativos de 2008 foram procurados na movimentação da RAIS de 2007. Neste ano, representaram 17,7 milhões de vínculos da movimentação anual, o equivalente a 87,6% dos vínculos inativos de 2008. O movimento dos registros administrativos da RAIS indica que 6,6 milhões destes vínculos não fizeram parte do estoque de 2007, portanto tornaram-se inativos no decorrer deste ano. Outros 11,2 milhões de vínculos apresentavam a condição de vínculos ativos no estoque da RAIS, em 2007.

Os trabalhadores inativos de 2008 também foram procurados na movimentação da RAIS de 2006. Neste ano, ocuparam 14,3 milhões de vínculos da movimentação do ano, o equivalente a 70,8% dos vínculos de 2008. O movimento dos registros administrativos da RAIS indica que 5,8 milhões destes vínculos não fizeram parte do estoque de 2006, portanto tornaram-se inativos no decorrer deste ano. Outros 8,6 milhões de vínculos apresentavam a condição de vínculos ativos, em 2006. O Quadro 5 é ilustrativo desta movimentação da RAIS:

QUADRO 5



Os trabalhadores inativos de 2008, que estavam presentes na movimentação da RAIS em 2007, encontravam-se majoritariamente no Sudeste (55,0%), e distribuíam-se de

forma expressiva em quatro subsetores de atividades econômicas. De igual modo, os trabalhadores inativos de 2008, que estavam presentes na RAIS de 2006, encontravam-se no Sudeste (41,6%) e distribuídos nos mesmos subsetores de 2007, conforme pode ser observado no Quadro 6:

QUADRO 6

A movimentação da RAIS 2007: vínculos e trabalhadores

Na movimentação da RAIS em 2007, foram registrados 54,6 milhões de vínculos no decorrer do ano, com 45,2 milhões de trabalhadores a eles relacionados. Deste total de vínculos, 37,6 milhões estavam ativos no estoque de 31 de dezembro e corresponderam a 35,9 milhões de trabalhadores. Já os inativos no ano totalizaram 17,0 milhões de vínculos, que corresponderam a 14,4 milhões de trabalhadores.

Os vínculos inativos de 2007 se subdividem em dois grupos. O primeiro se refere aos vínculos que foram ocupados por trabalhadores desligados no ano, excluídos da movimentação da RAIS no exercício. Ou seja, aos trabalhadores que após serem desligados não tiveram outro emprego no mercado formal, em 2007, segundo os registros administrativos da RAIS. Este grupo é formado por 10,7 milhões de vínculos

inativos, e 9,2 milhões de trabalhadores. O outro grupo de vínculos inativos se refere aos trabalhadores desligados durante o ano, mas que estavam ativos em 31 de dezembro de 2007. São 6,2 milhões de vínculos que corresponderam a 5,2 milhões de trabalhadores, identificados pelo PIS.

Por sua vez, o grupo de vínculos ativos também se subdivide em dois grupos de vínculos. O primeiro se refere aos vínculos exclusivamente ativos durante o ano que totalizaram 32,1 milhões, em 2007, e corresponderam a 30,7 milhões de trabalhadores no ano. O segundo grupo de vínculos ativos totaliza 5,4 milhões de vínculos, correspondente a 5,2 milhões de trabalhadores que ficaram inativos no decorrer do ano, mas que compunham parte do estoque da RAIS, em 31 de dezembro de 2007.

Essa análise permite identificar entre os 54,6 milhões de vínculos que constituíram a movimentação da RAIS, em 2007, 6,2 milhões ficaram inativos durante o ano e 5,4 milhões, ativos, referentes a trabalhadores que foram desligados no ano. Este resultado totaliza 11,6 milhões de vínculos, relacionados a um mesmo grupo de 5,2 milhões de trabalhadores identificados pelo PIS, que dessa forma, tiveram mais de um contrato de trabalho no decorrer do ano fizeram parte do estoque de vínculos ativos da RAIS, em 31 de dezembro de 2007. Veja o Quadro 7.

QUADRO 7

Resumo dos vínculos e trabalhadores Rais 2007

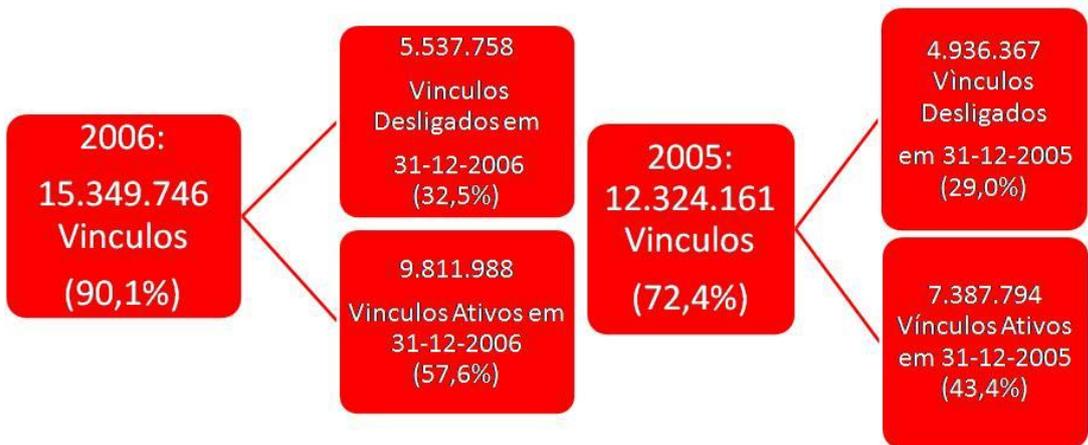


Os trabalhadores inativos de 2007 foram procurados na movimentação da RAIS de 2006. Neste ano, representaram 15,4 milhões de vínculos da movimentação anual, o equivalente a 90,1% dos vínculos ativos de 2007. O movimento dos registros administrativos da RAIS indica que 5,5 milhões destes vínculos não fizeram parte do estoque de 2006, portanto tornaram-se inativos também no decorrer deste ano. Outros 9,8 milhões de vínculos apresentavam a condição de ativos no estoque de 31 de dezembro de 2006.

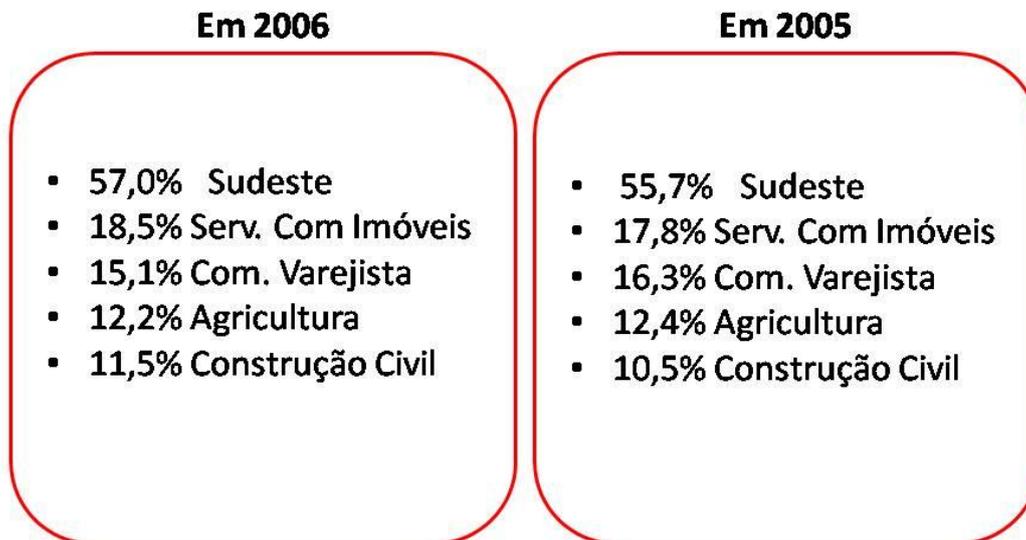
Os trabalhadores inativos de 2007 foram procurados também na movimentação da RAIS de 2005. Neste ano, ocuparam 12,3 milhões de vínculos da movimentação anual, o equivalente a 72,4% dos vínculos inativos de 2007. O movimento dos registros administrativos da RAIS indica que 4,9 milhões destes vínculos não fizeram parte do estoque de 2005, portanto, tornaram-se inativos também no decorrer deste ano. Outros 7,4 milhões de vínculos apresentavam a condição de ativos no estoque da RAIS de 31 de dezembro de 2005. O Quadro 8 é ilustrativo desta movimentação da RAIS.

QUADRO 8

Os desligados em 2007 foram encontrados pelo PIS em 2006 e 2005



Os trabalhadores inativos de 2007, que estavam presentes na movimentação da RAIS em 2006, encontravam-se majoritariamente no Sudeste (57,0%) e distribuíam-se de forma expressiva em quatro subsetores das atividades econômicas. Também os trabalhadores inativos de 2007, que estavam presentes na RAIS de 2005, eram, em maioria, do Sudeste (55,7%) e distribuídos nos mesmos subsetores de 2006, conforme se observa no Quadro 9.

QUADRO 9**Os desligados de 2007 foram encontrados pelo PIS em 2006 e 2005****Os vínculos da RAIS por tipo e características da movimentação dos estabelecimentos**

O mercado formal brasileiro contava com 2.334.581 estabelecimentos, em 2001, 3.223.514, em 2009, crescimento de 38% na comparação no período. O número médio de vínculos por estabelecimento, considerando o total movimentado, era de 16, em 2001, e 19, em 2009, um aumento de 12,8%, indicando o crescimento da média de vínculos movimentados pelos estabelecimentos no período.

A média de vínculos ativos por estabelecimento, por sua vez, cresceu 9,8%, passando de 11,6, em 2001, para 12,8 vínculos, em 2009. A média do número de admitidos no ano, em 2001, era de 5,8 vínculos, e de 7,0 por estabelecimento, em 2009, o que representou crescimento de 20,4% na comparação destes anos. Também a média de vínculos desligados por estabelecimento, na movimentação do ano, apresentou crescimento de 19,7%, passando de 5,2 para 6,2. Esses resultados, além de expressarem o dinamismo do mercado de trabalho no período, revelam também a “flexibilidade quantitativa” da movimentação no mercado formal que está na base do crescimento da rotatividade.

Nos resultados da RAIS por estabelecimento, segundo o comportamento da movimentação, em termos da comparação do volume de admissões e de desligamentos, chama atenção a semelhança dos resultados relativos em todos os anos, o que indica a permanência dos procedimentos dos estabelecimentos em relação à prática das demissões e contratações no mercado formal de trabalho. Também se deve salientar que, embora seja significativa a participação relativa dos estabelecimentos, que só admitiram, dos que só desligaram, e dos que não movimentaram, no que diz respeito ao volume de vínculos da movimentação dos Desligados e dos Admitidos, nos anos, cerca de 95% dos vínculos reportam-se aos estabelecimentos que tanto admitiram, quanto desligaram trabalhadores. Ou seja, nos estabelecimentos em que se registra a rotação de trabalhadores.

TABELA 1
Características da movimentação dos estabelecimentos
Anos selecionados

Características da Movimentação dos Estabelecimentos	Nº estabelecimentos por ano									
	2001		2004		2007		2008		2009	
	N ^{os} abs.	Em %	N ^{os} abs.	Em %	N ^{os} abs.	Em %	N ^{os} abs.	Em %	N ^{os} abs.	Em %
Só admitiu	406.552	17,4	458.279	17,5	484.652	16,5	499.108	16,2	531.684	16,5
Só desligou	346.924	14,9	380.296	14,5	414.409	14,1	418.586	13,6	454.609	14,1
Não movimentou	516.708	22,1	591.886	22,5	628.884	21,4	615.400	20,0	653.662	20,3
Nº desligado >nº admitido	298.072	12,8	312.080	11,9	386.151	13,2	433.346	14,1	457.419	14,2
Nº desligado = nº admitido	316.050	13,5	349.509	13,3	400.978	13,7	436.045	14,2	442.600	13,7
Nº desligado < nº admitido	450.275	19,3	534.126	20,3	620.374	21,1	678.747	22,0	683.540	21,2
TOTAL	2.334.581	100,0	2.626.176	100,0	2.935.448	100,0	3.081.232	100,0	3.223.514	100,0

Fonte: MTE. RAIS
Elaboração: DIEESE

Em relação à movimentação dos vínculos nos estabelecimentos, foi realizado o exercício apresentado na Tabela 2. Foi identificada a incidência unitária dos desligamentos, agrupando os estabelecimentos que desligaram até 25 vínculos e os que desligaram mais de mais de 25 vínculos¹⁵ no ano.

¹⁵ A fixação em 25 vínculos foi orientada por ser um número próximo da média de vínculos desligados por estabelecimento.

TABELA 2
Incidência dos vínculos de desligamento, por estabelecimento
2007-2009

Vínculos desligados	2009				2008				2007			
	Estabelecimentos	% acumulado	Desligados	% acumulado	Estabelecimentos	% acumulado	Desligados	% acumulado	Estabelecimentos	% Estabelecimentos acumulado	Desligados	% Desligados acumulado
Até 25 Vínculos	1.926.723	94,5	7.570.754	38	1.857.351	94,3	7.333.359	36,2	1.728.416	94,87	6.572.775	38,57
Mais de 25 Vínculos	111.445	5,5	12.348.596	62	112.103	5,7	12.931.494	63,8	93.496	5,13	10.468.928	61,43
TOTAL	2.038.168	100	19.919.350	100	1.969.454	100	20.264.853	100	1.821.912	100	17.041.703	100

Fonte: MTE. RAIS
Elaboração: DIEESE

Observa-se na Tabela 2 que, em 2009, 5,5% dos estabelecimentos foram responsáveis por 62,0% dos desligamentos, enquanto outros 94,5% desligaram 38,0% dos vínculos da RAIS neste ano. Isso significa que cerca de 111 mil estabelecimentos foram responsáveis por 12,3 milhões dos 19,9 milhões de desligamentos nestes anos. De igual modo, 112 mil estabelecimentos (5,7%) foram responsáveis por 12,9 milhões de desligamentos (63,8%) dos 20,3 milhões realizados em 2008. Em 2007, foram 93,5 mil estabelecimentos (5,13%) que desligaram 10,5 milhões (61,4%) vínculos do total de 17,0 de desligamentos do ano. De forma conclusiva, apenas 5,5% dos estabelecimentos responsabilizam-se por cerca de 62% dos desligamentos anuais.

ANEXO

Apresentação dos estudos elaborados pelo DIEESE para o MTE

Rotatividade no Mercado de Trabalho Formal no Brasil: contribuição para o debate

Apresentação:

- Ademir Figueiredo (Coordenador de Estudos e Pesquisas)
- Antonio Ibarra (Supervisor do Núcleo de Produção de Informações – NPI)

São Paulo, 7 de maio de 2010

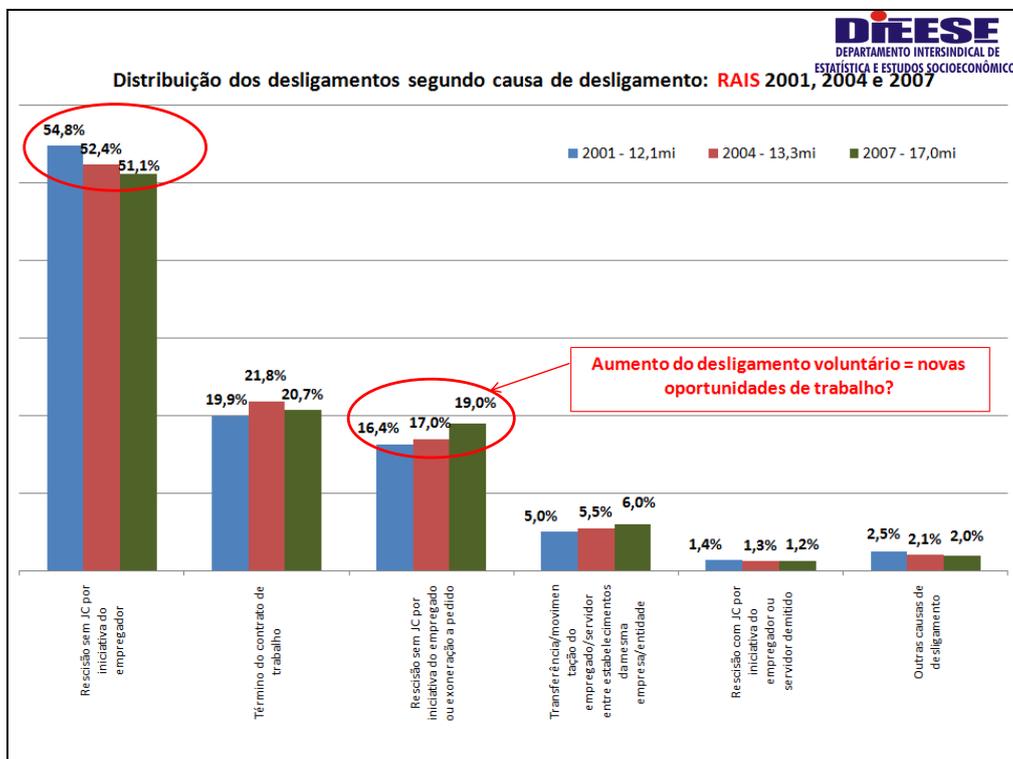
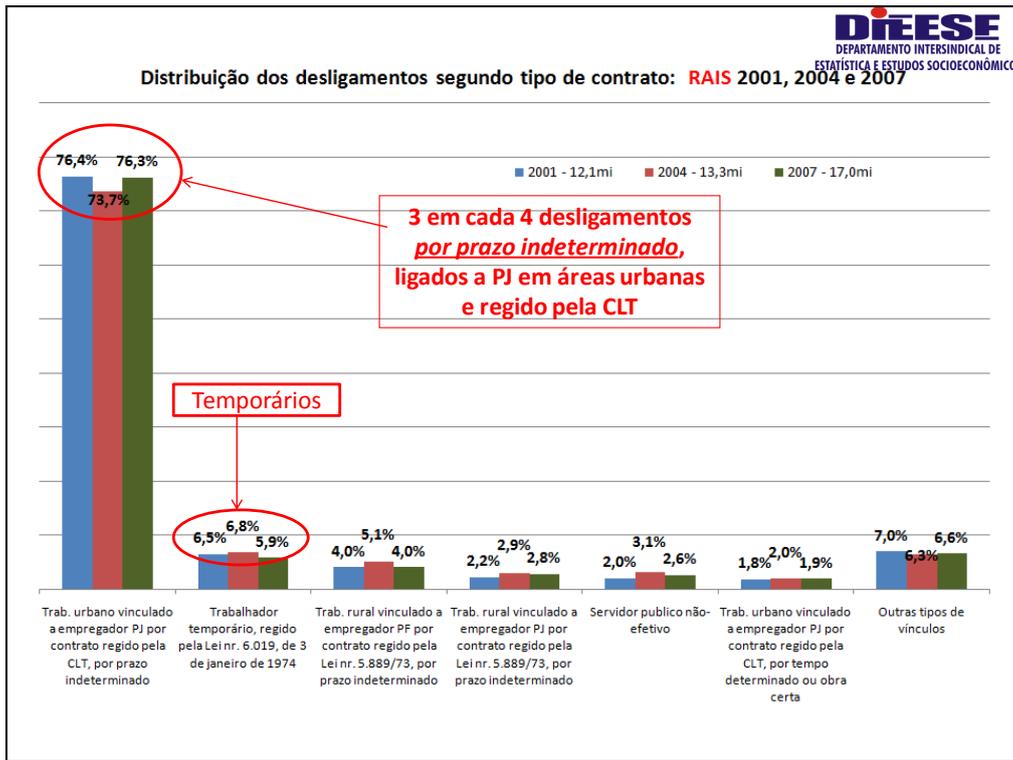
Problematização

Vínculos RAIS 1997-2008

ano	no ano	ativos 31-12	% ativos 31-12	inativos	% inativos
1997	34.680.353	24.104.428	69,5%	10.575.925	30,5%
1998	35.008.553	24.491.635	70,0%	10.516.918	30,0%
1999	35.164.552	24.993.265	71,1%	10.171.287	28,9%
2000	37.262.386	26.228.629	70,4%	11.033.757	29,6%
2001	39.243.045	27.189.614	69,3%	12.053.431	30,7%
2002	40.927.865	28.683.913	70,1%	12.243.952	29,9%
2003	41.969.162	29.544.927	70,4%	12.424.235	29,6%
2004	44.683.910	31.407.576	70,3%	13.276.334	29,7%
2005	47.657.099	33.238.617	69,7%	14.418.482	30,3%
2006	50.701.027	35.155.249	69,3%	15.545.778	30,7%
2007	54.649.133	37.607.430	68,8%	17.041.703	31,2%
2008	59.706.419	39.441.566	66,1%	20.264.853	33,9%

Fonte: RAIS (MTE). Elaboração: DIEESE.

Contratos
rompidos



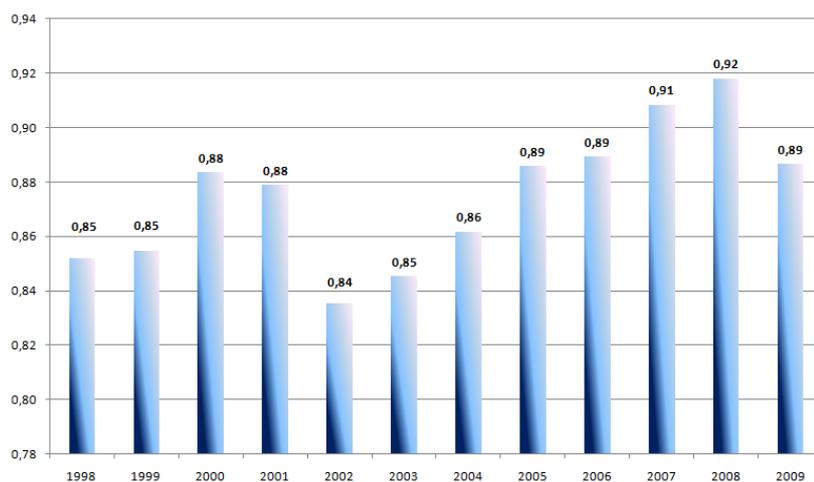
Esclarecimentos

É importante não confundir a causa de desligamento com o tipo de vínculo!

Nem todos os vínculos que tem como causa de desligamento o término de contrato de trabalho são contratos temporários.

O trabalhador celetista por prazo indeterminado pode ter como causa de desligamento o término de contrato de trabalho. Isso ocorre pelo entendimento de que este contrato foi rompido devido ao término de algum projeto que estava em andamento, por exemplo, mas que findou depois de dois anos.

EVOLUÇÃO DA RELAÇÃO ENTRE SALÁRIO MÉDIO DOS ADMITIDOS E DESLIGADOS CAGED BRASIL - 1998 A 2009



Fonte: CAGED Lei 4.923/65
Elaboração: DIEESE

O Ministério do Trabalho e Emprego, divulga mensalmente uma taxa de rotatividade (TR) que é construída com os dados do **CAGED**:

$$TR(t) = \frac{\text{mínimo}(A(t), D(t))}{E(t)} \times 100$$

Onde:

TR = taxa de rotatividade do mês t,

A(t) = total de admissões no mês t

D(t) = total de desligamentos no mês t

E(t) = total de empregos no 1º dia do mês

CAGED - 2007			
MÊS	ADMITIDOS	DESIGADOS	ROTATIVIDADE
01_2007	1.144.043	1.038.575	3,6%
02_2007	1.137.737	989.718	3,4%
03_2007	1.255.630	1.109.489	3,8%
04_2007	1.272.951	970.960	3,3%
05_2007	1.293.497	1.081.280	3,6%
06_2007	1.197.609	1.015.942	3,4%
07_2007	1.190.535	1.063.543	3,5%
08_2007	1.253.523	1.120.194	3,7%
09_2007	1.224.287	973.119	3,2%
10_2007	1.280.701	1.075.441	3,5%
11_2007	1.182.648	1.058.094	3,4%
12_2007	908.128	1.227.542	2,9%
SOMA DOS MESES	14.341.289	12.723.897	44,0%
MÉDIA	1.195.107	1.060.325	3,7%
SOMA DAS TAXAS %			41,5%

Fonte: CAGED Lei 4.923/65

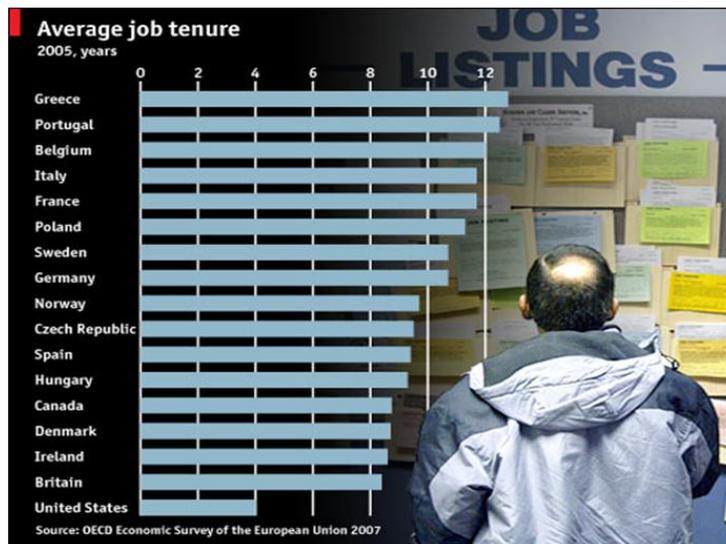
Elaboração: DIIESE

2001 – 40,7%

2004 – 36,5%

Importante: o MTE recomenda utilizar a média e nunca a soma dos meses! A experiência da “RAIS deitada” foi bastante frutífera para o exercício até o momento e deve ser aprofundado.

Tempo médio de emprego em alguns países da OECD



•No Brasil, o tempo médio de emprego em 2007 foi de 5,1 anos para os ativos em 31-12.

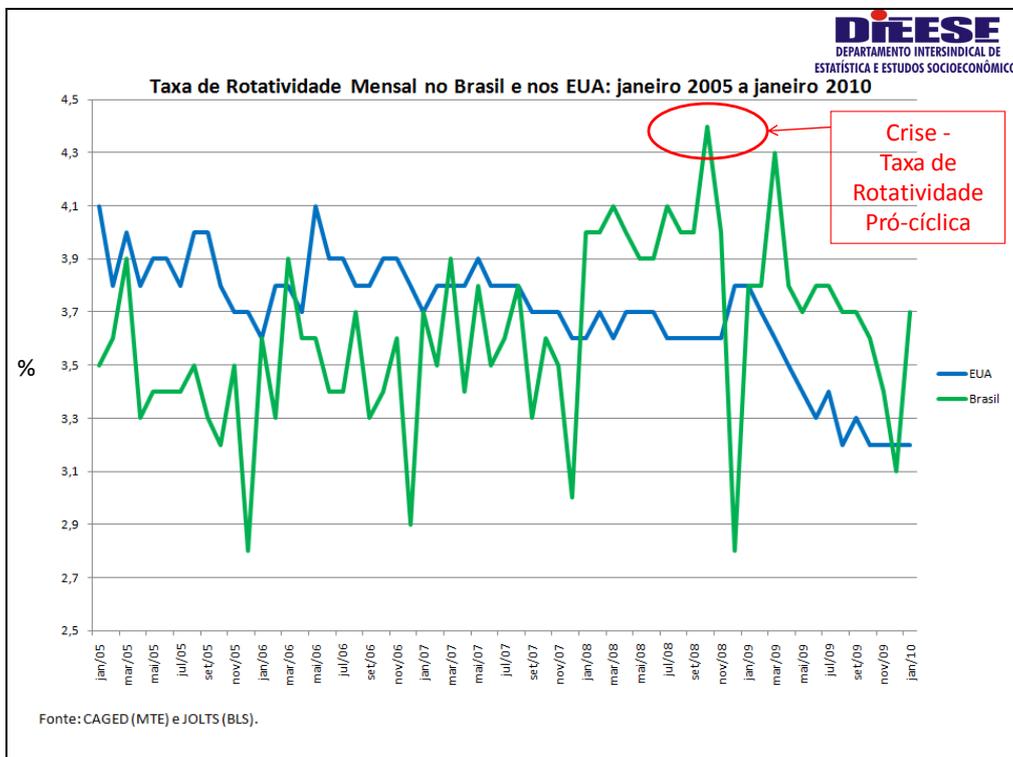
•No mundo inteiro, os governos tentam calcular uma taxa de rotatividade anual.

Taxa anual de separações (%) por setor nos EUA, sem ajuste sazonal

	2001	2002	2003	2004	Média
Total	41,4	38,1	37,1	38,7	38,8
Total privado	46,4	42,7	41,6	43,4	43,5
Recursos naturais e mineração	38,4	39,3	38,1	35,9	37,9
Construção	70,2	67,5	67,6	66,1	67,9
Manufatura	37,6	33,6	30,0	29,5	32,7
Bens duráveis	36,8	33,1	30,2	29,6	32,4
Bens não-duráveis	38,9	34,1	29,6	29,3	33,0
Comércio, transporte e utilidade	47,4	43,6	42,2	45,0	44,6
Comércio atacadista	31,5	31,4	29,4	30,0	30,6
Comércio varejista	57,3	51,6	49,5	53,1	52,9
Transporte, armazenagem e utilidades	35,8	32,9	34,8	37,4	35,2
Informática	32,5	28,3	25,0	27,2	28,3
Atividades financeiras	27,5	26,7	23,8	26,8	26,2
Finanças e seguros	23,7	22,9	19,6	22,4	22,2
Imóveis (venda, aluguel e <i>leasing</i>)	38,1	38,0	35,9	39,4	37,9
Serviços profissionais e comerciais	47,7	44,3	46,0	50,9	47,2
Educação e Serviços de saúde	30,5	28,2	27,1	27,3	28,3
Serviços educacionais	19,5	21,4	23,3	21,8	21,5
Recreação e hospedagem	32,7	29,5	27,9	28,3	29,6
Lazer e hospedagem	82,6	72,9	70,6	71,4	74,4
Artes, entretenimento e recreação	75,1	76,9	73,6	76,3	75,5
Acomodação e alimentação	83,9	72,2	70,0	70,6	74,2
Outros Serviços	37,6	37,7	40,5	41,3	39,3
Governo	14,9	14,6	14,6	14,9	14,8
Federal	14,6	14,8	17,0	15,0	15,4
Estadual e local	15,0	14,6	14,3	14,9	14,7

Taxas anuais elevadas

A taxa anual de separações é o número total de separações durante o ano inteiro em relação à média de empregos anuais.
Exatidão de Stephens e Riley, 2005, p.1, exceto média, elaborada pelo DieESE.



Fontes de informação

O que é a **RAIS**?

Todos os estabelecimentos – inclusive aqueles que não tiveram movimentação de admissão ou demissão no ano – devem responder à RAIS, colocando todos os vínculos empregatícios que tiveram durante o **ano de referência**. Entram celetistas e estatutários no cômputo porque inclui a administração pública direta. A declaração ocorre entre janeiro e março do ano seguinte.

O que é o **CAGED**? É a mesma coisa da RAIS, mas os estabelecimentos respondem somente sobre a movimentação de admissão e desligamento no **mês** anterior. A declaração ocorre até o sétimo dia do mês seguinte.

Sistema RAIS e CAGED tem reconhecimento internacional em relação à sua **extensão e confiabilidade** das informações.

Através da leitura dos dados da RAIS Identificada, é possível compreender melhor o funcionamento do mercado de trabalho formal brasileiro pela inclusão dos estatutários na análise. Muitos profissionais, principalmente nas áreas médicas e educacionais, tem um (ou mais de um) vínculo estatutário e outro(s) vínculo(s) celetista(s).

A RAIS permite uma leitura de uma rotatividade anual mais aprofundada: trabalhadores que tiveram mais de um vínculo no ano ou em 31 de dezembro do ano base, trabalhadores que saíram e regressaram no mesmo ano e trabalhadores que simplesmente saíram do mercado de trabalho formal e não regressaram.

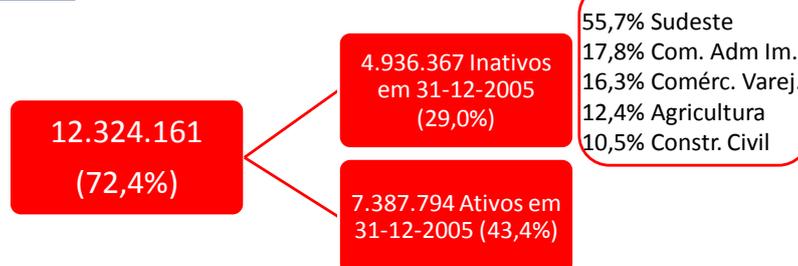
A RAIS tem um grau de cobertura superior ao do CAGED.

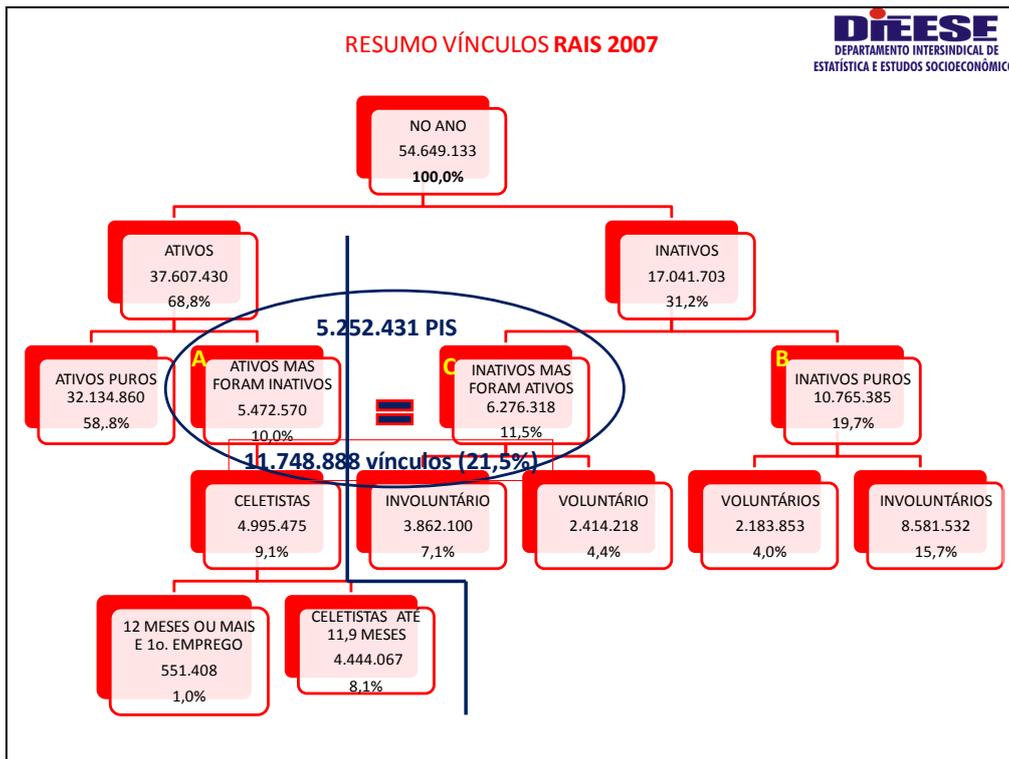
Exercício **RAIS** com Vínculos Inativos em 2007 na RAIS 2006 e 2005

Exercício 2006 – Procurando pelo PIS, quantos dos **17.043.703** vínculos inativos em 31-12-2007 foram encontrados em 31-12-2006?



Exercício 2005 – Procurando pelo PIS, quantos dos **17.043.703** vínculos inativos em 31-12-2007 foram encontrados em 31-12-2005?





Número de vínculos de empregos formais do grupo C, por ocupação e grandes regiões

DIEESE
DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE
ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS

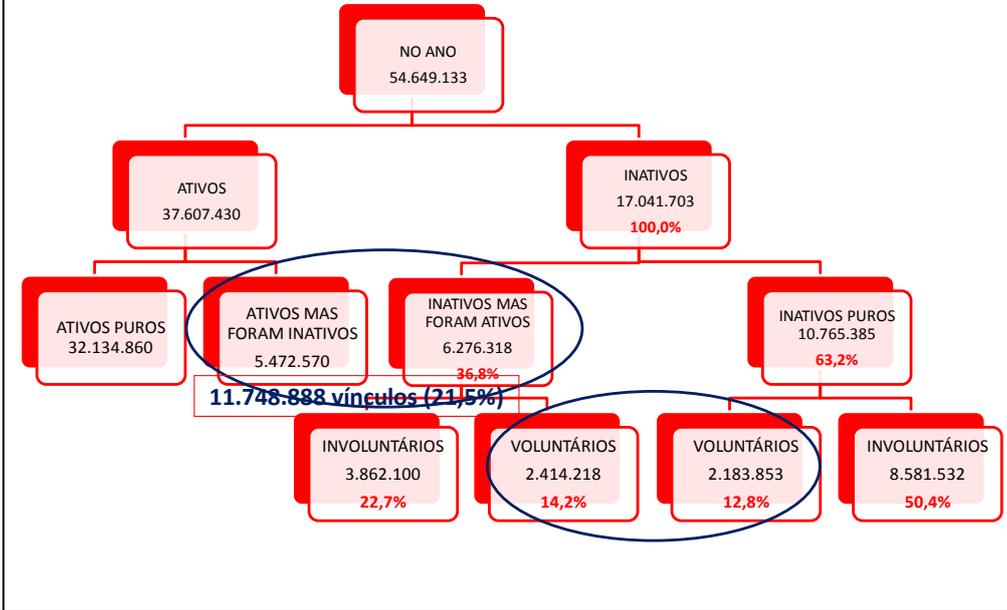
Ocupações	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro Oeste	Brasil	%
Vendedor de Comércio varejista	33.002	103.656	370.675	122.786	49.478	679.597	6,3
Servente de obras	30.919	115.276	256.227	70.383	47.377	520.182	4,8
Auxiliar de escritório, em geral	18.695	53.727	263.387	75.394	36.852	448.055	4,2
Trabalhador da cultura de cana de açúcar	3.170	59.301	248.521	30.216	61.850	403.058	3,7
Faxineiro	12.490	23.946	194.447	55.644	24.773	311.300	2,9
Alimentador de linha de produção	14.654	19.384	143.636	110.228	22.262	310.164	2,9
Trabalhador agropecuário em geral	13.535	34.848	136.194	25.986	49.180	259.743	2,4
Assistente administrativo	10.564	30.261	111.155	31.485	33.606	217.071	2,0
Pedreiro	9.264	42.488	105.604	36.698	18.291	212.345	2,0
Motorista de caminhão (rotas regionais e internacionais)	8.707	17.921	99.472	42.375	20.118	188.593	1,8
							33,0

Fonte: RAIS/2007
Elaboração: DIEESE

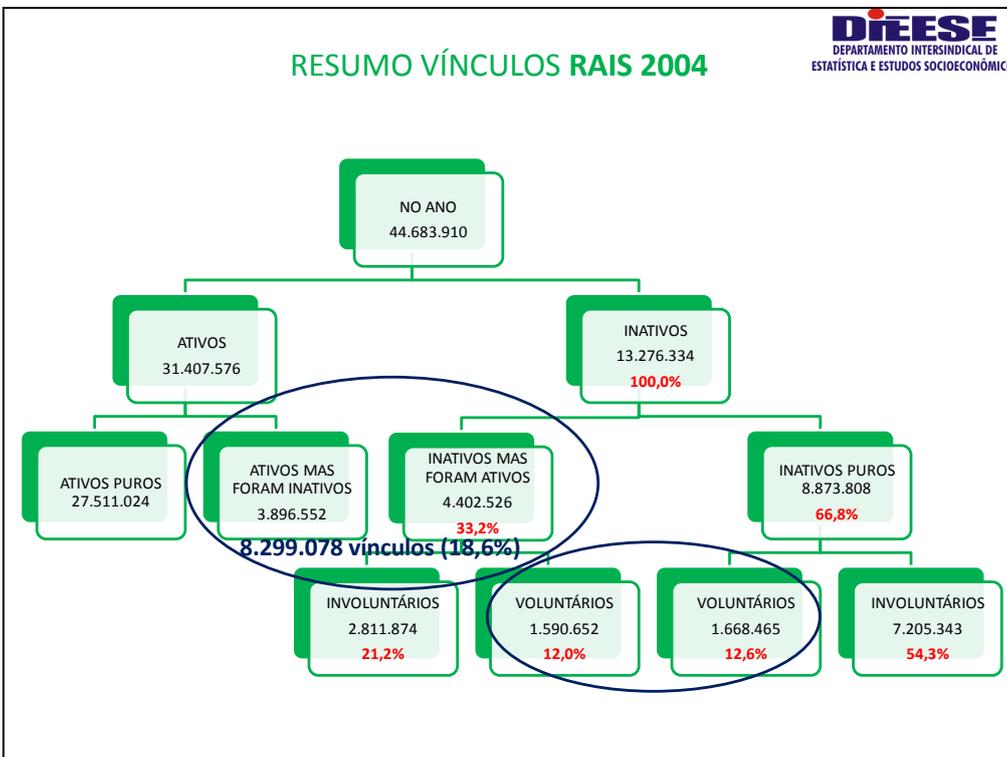
2) A sétima ocupação com maior número de vínculos é 'IGNORADO', que foi excluída da presente classificação.

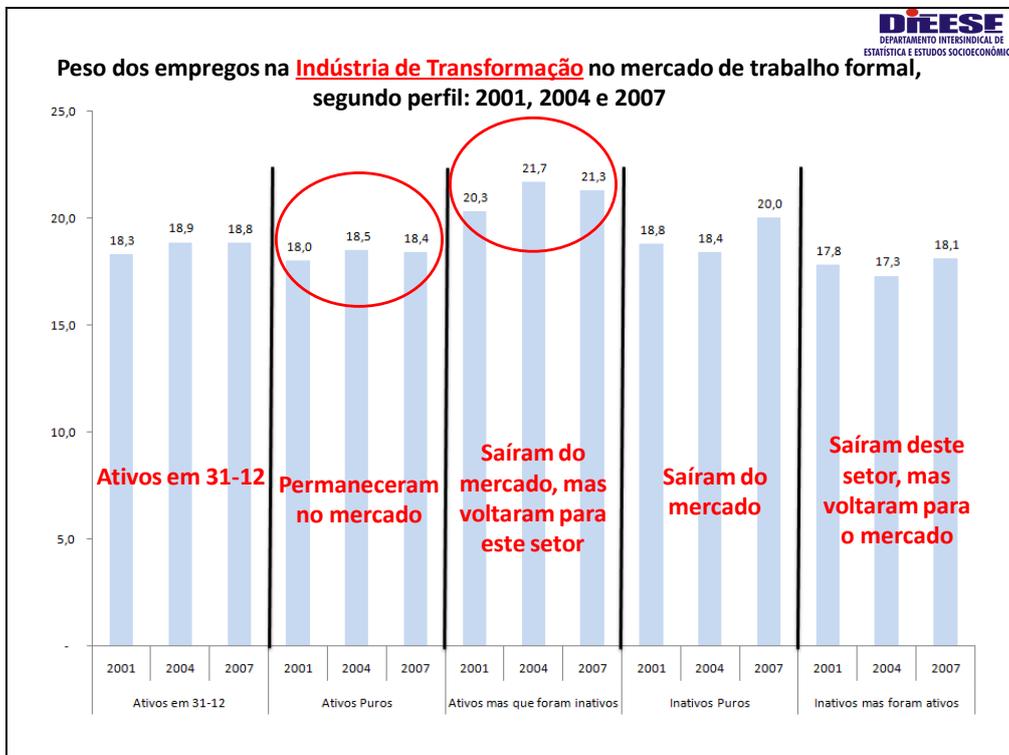
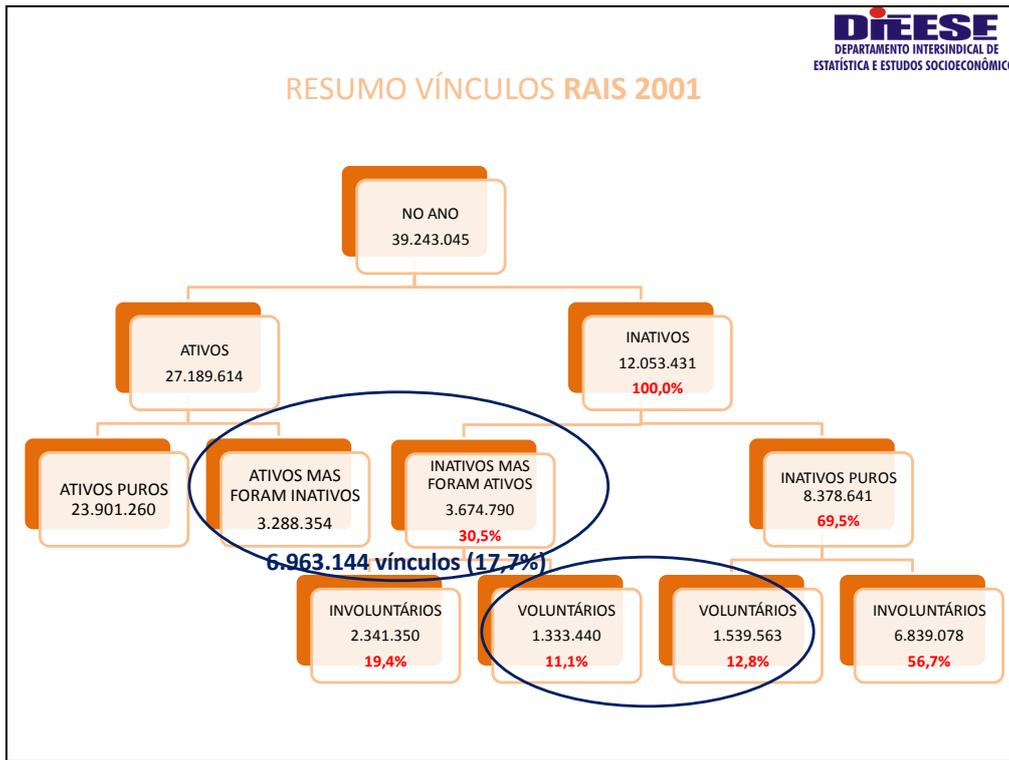
1 em cada 3 que conseguiram voltar encontram-se em apenas 10 ocupações

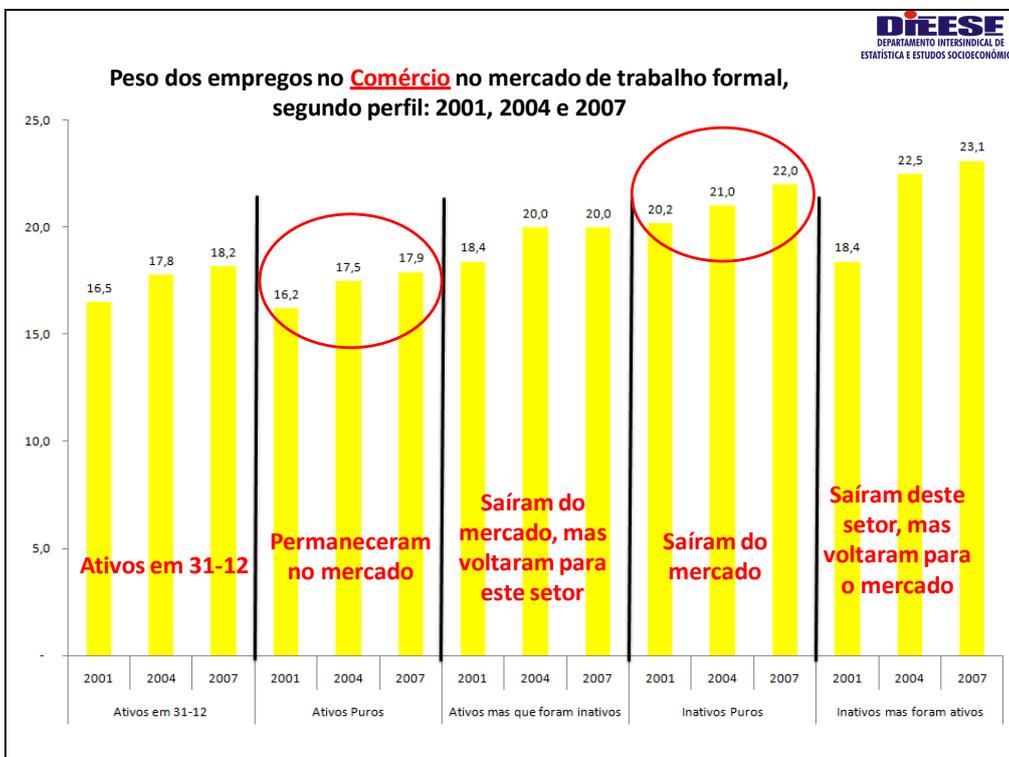
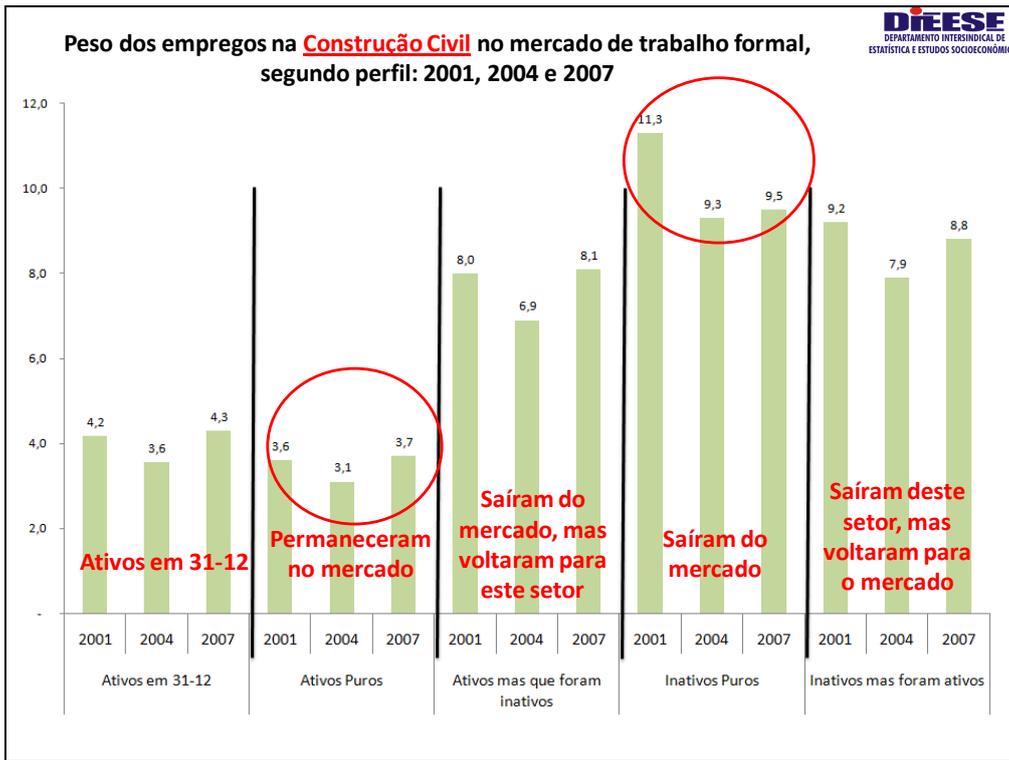
RESUMO VÍNCULOS RAIS 2007

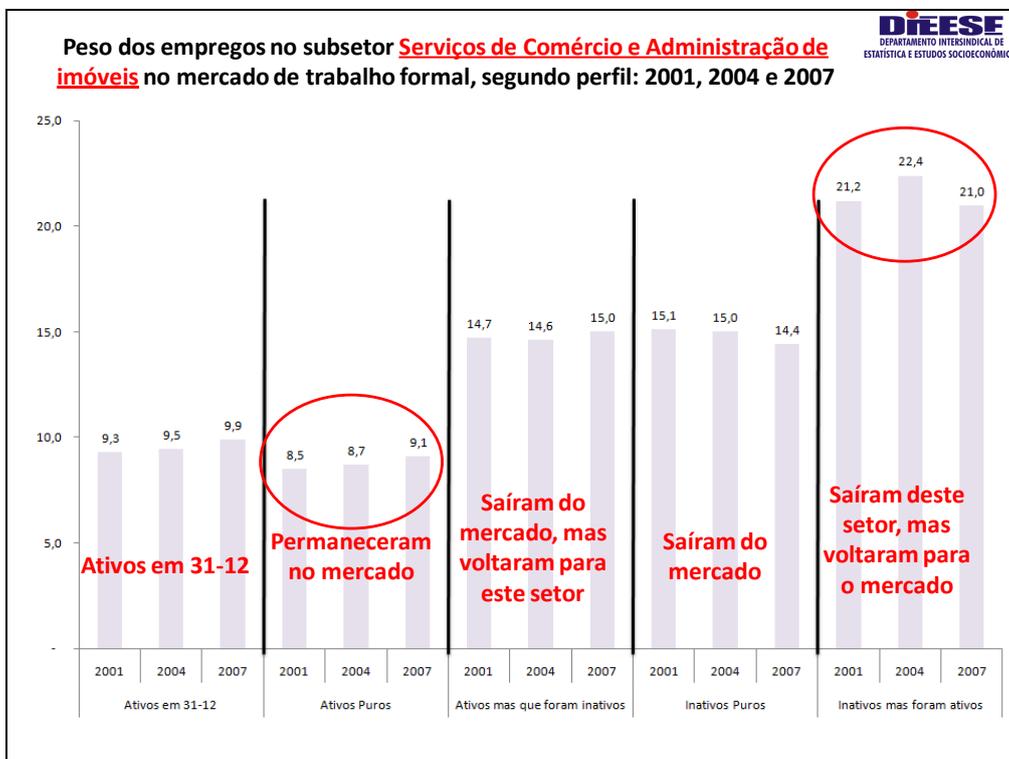
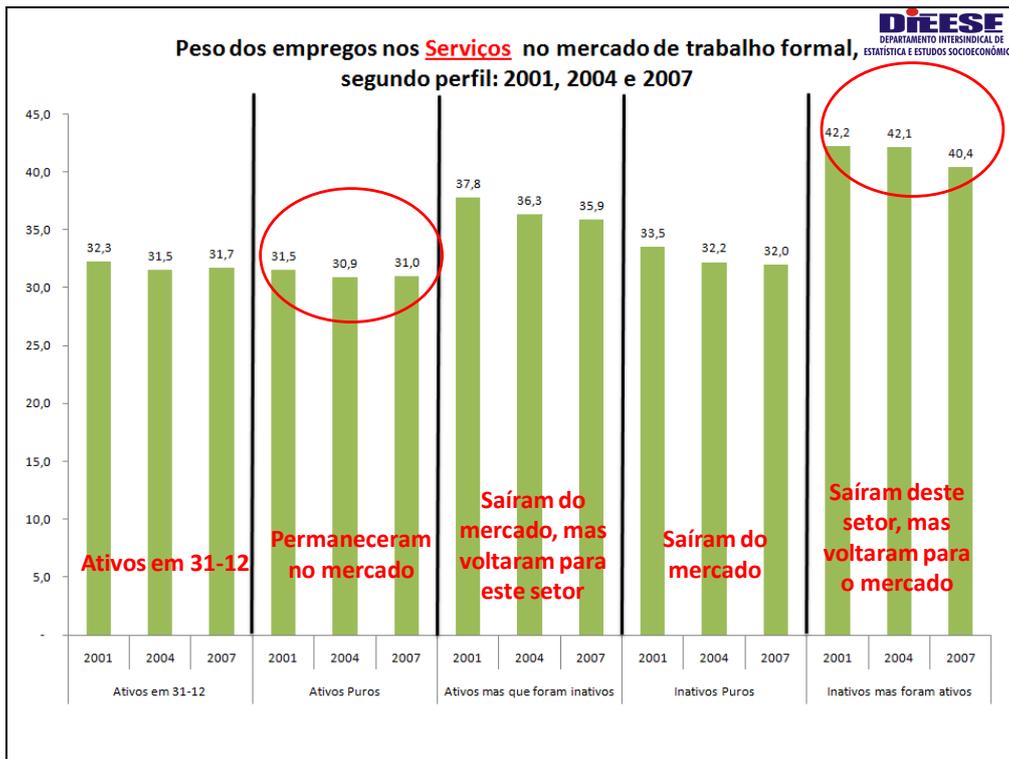


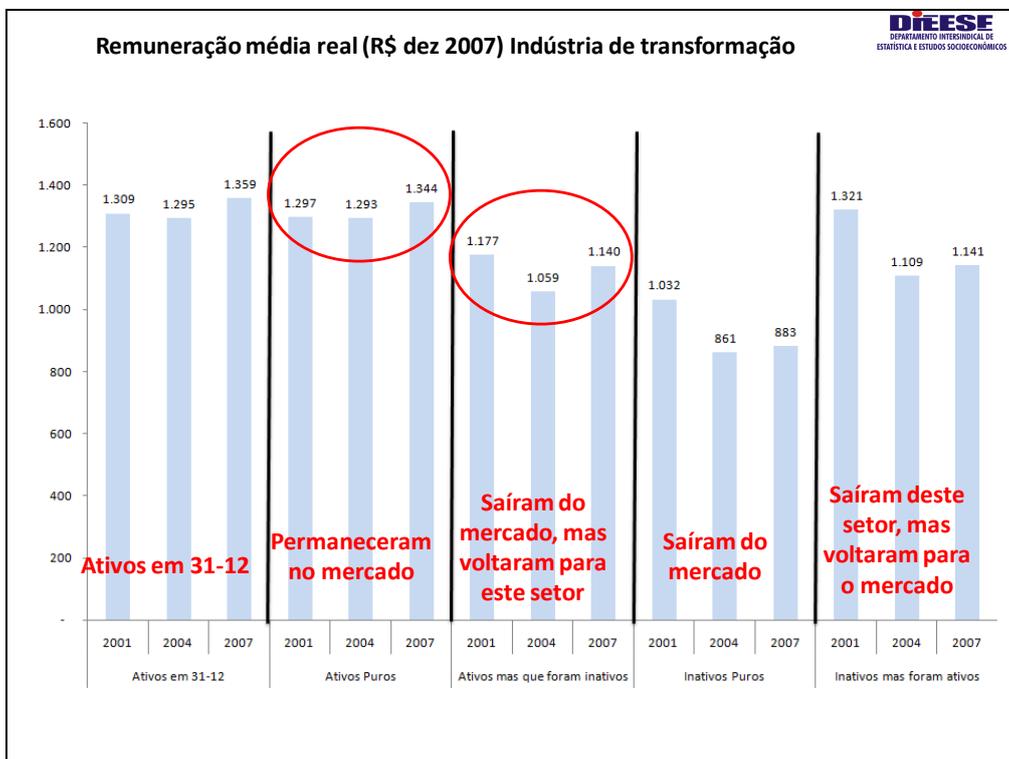
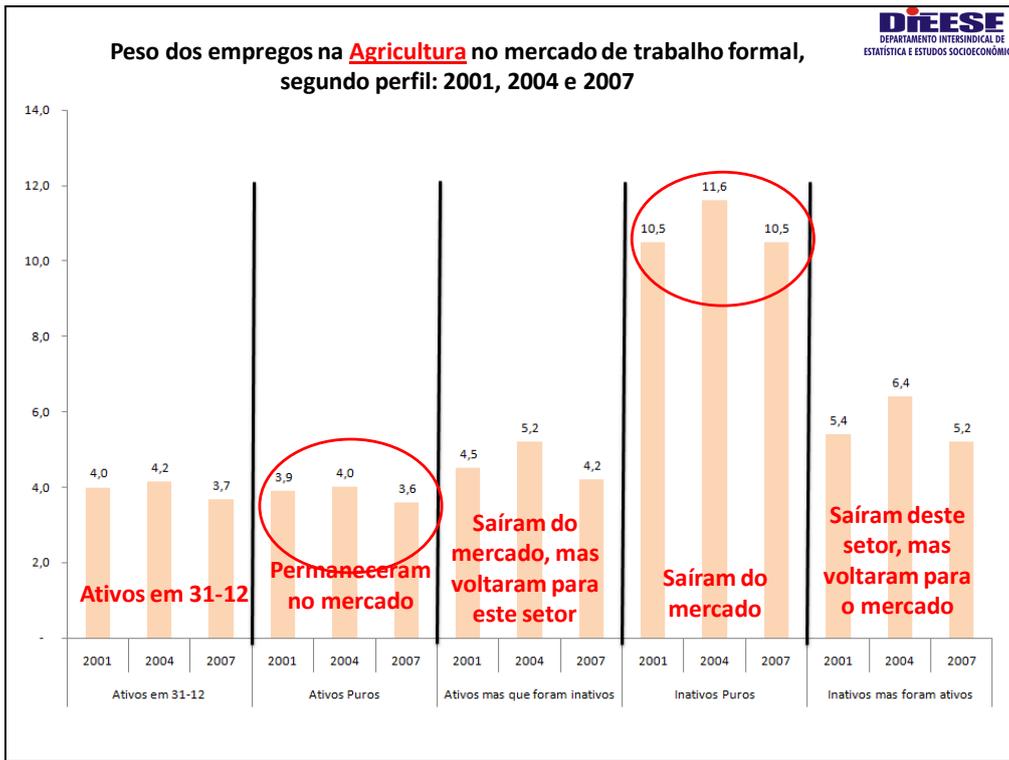
RESUMO VÍNCULOS RAIS 2004

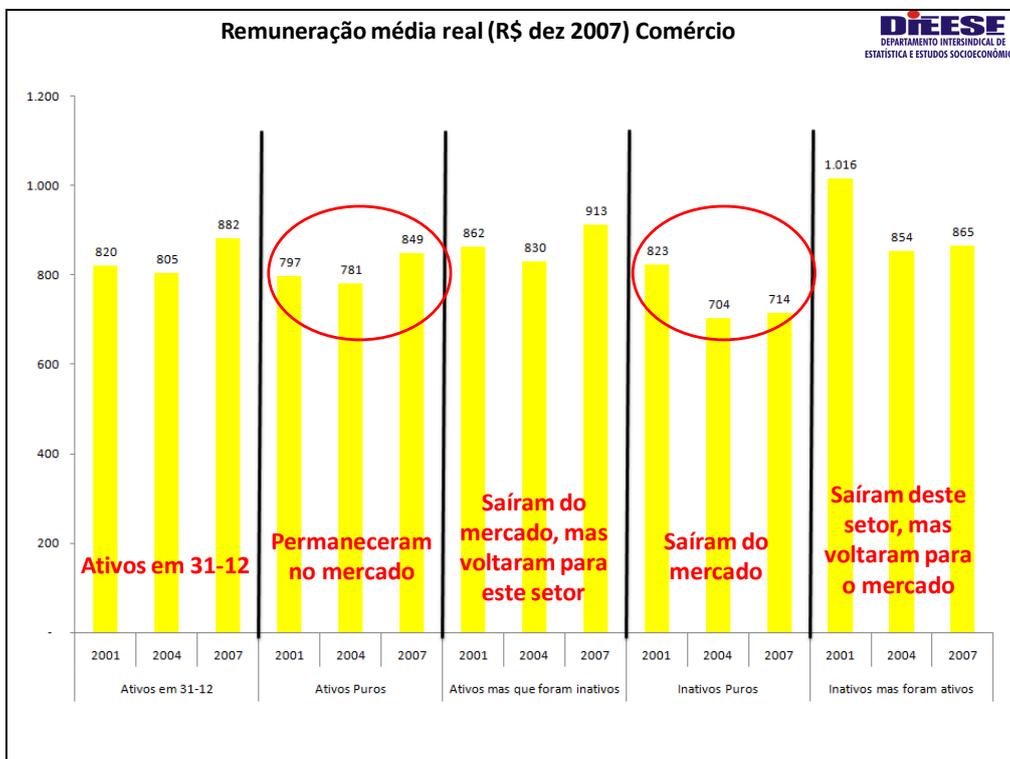
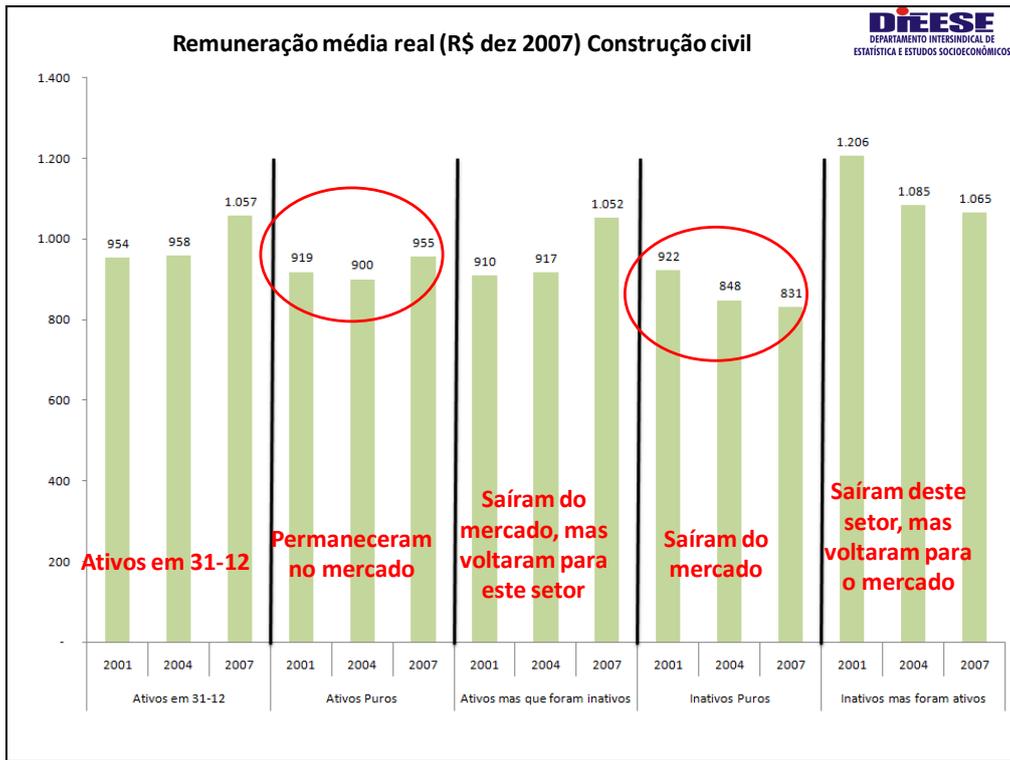


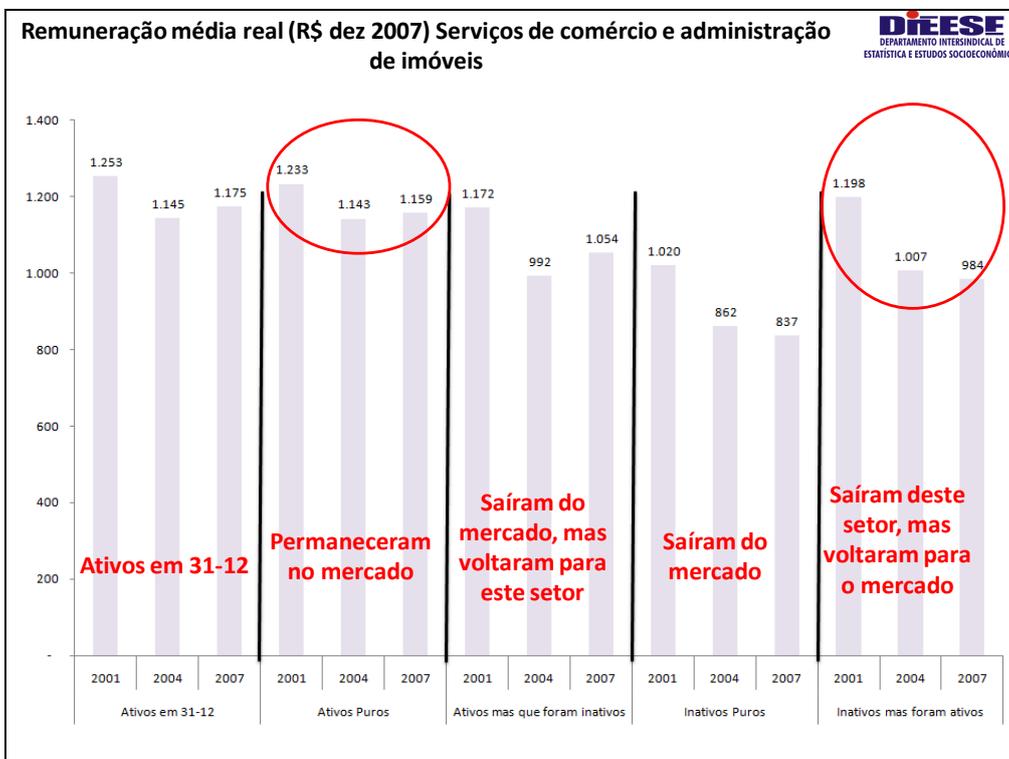
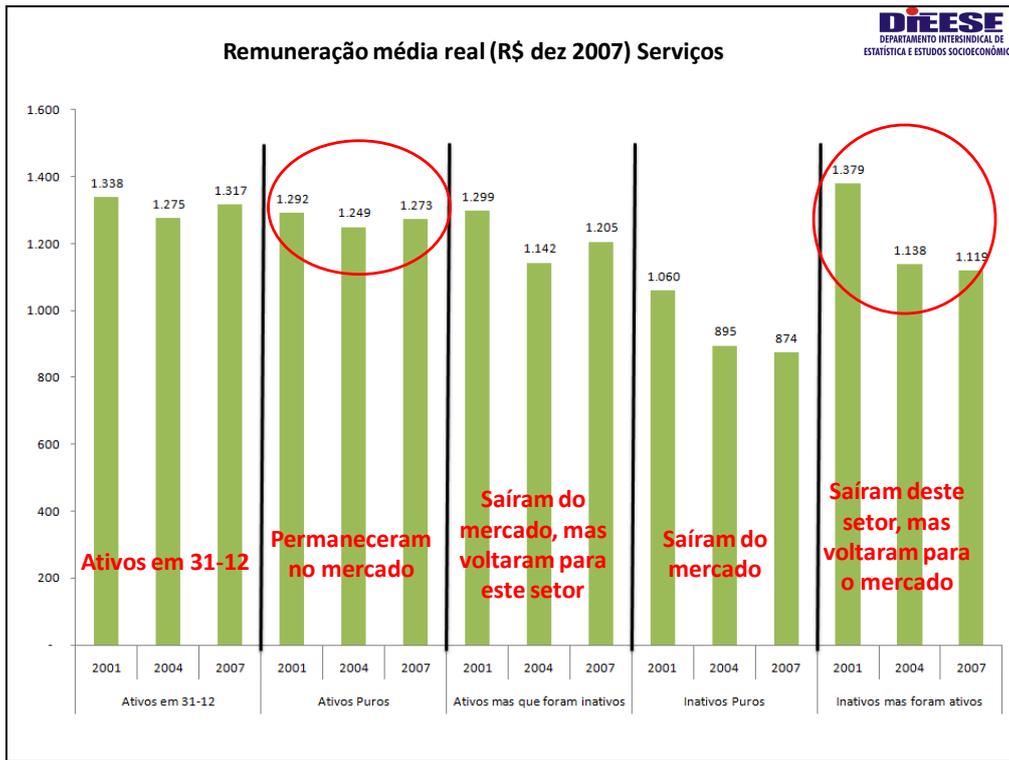


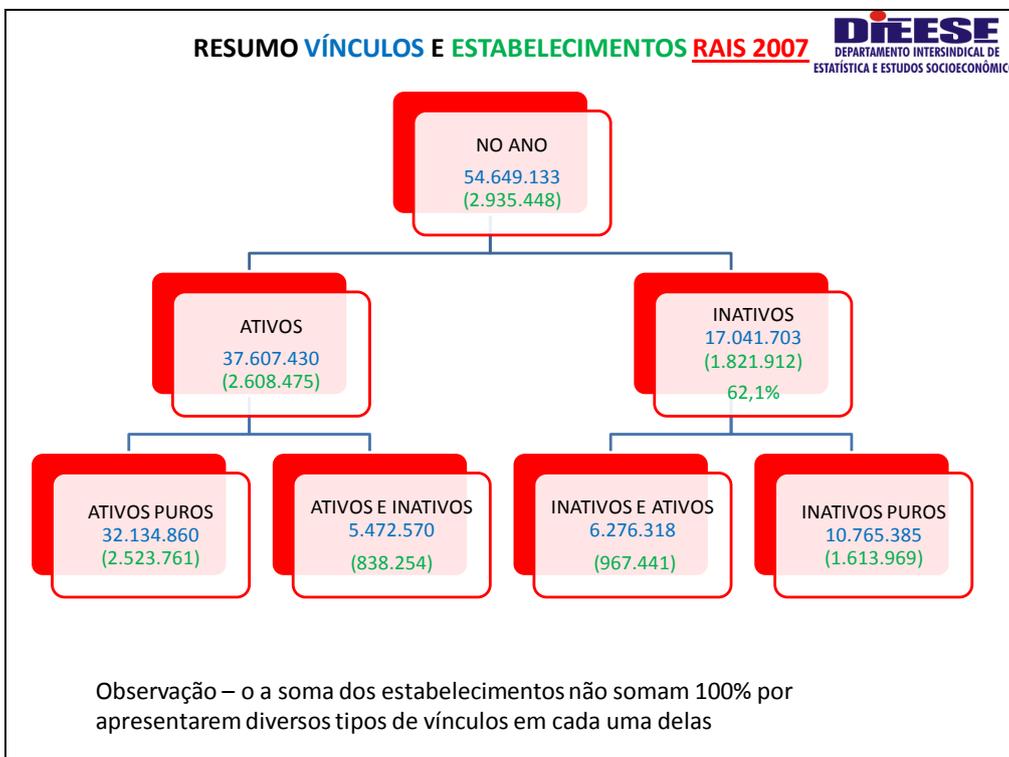
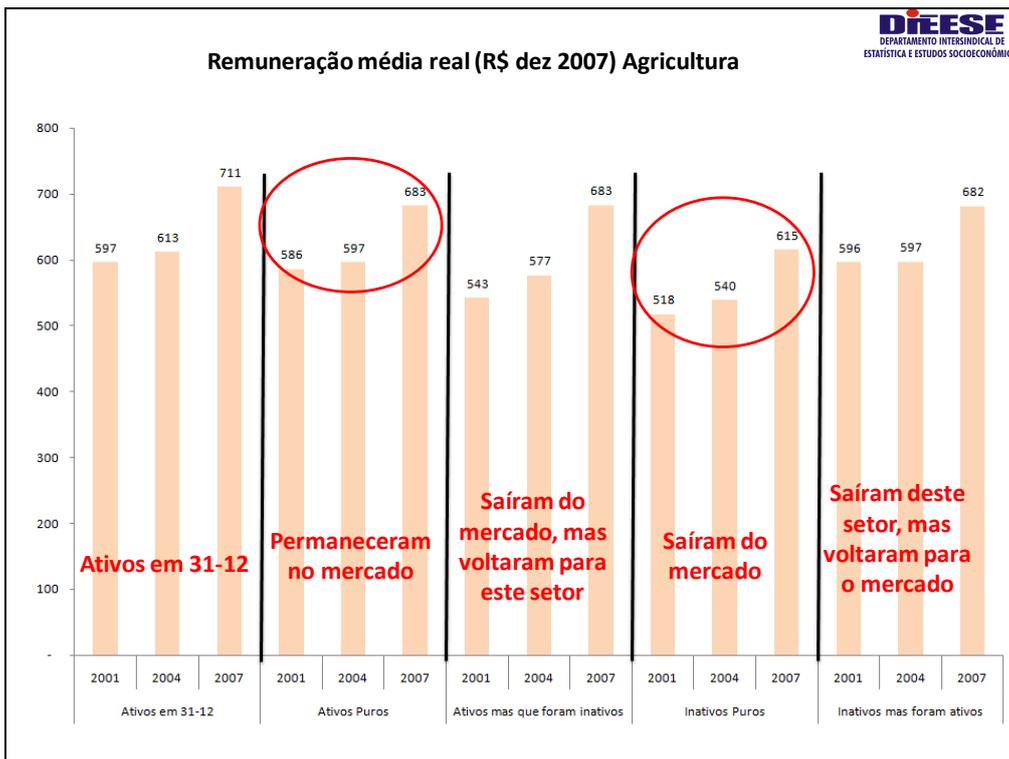












Os 17.041.703 se situavam em 1.821.912 estabelecimentos
(62,1%) em 2007 – 98,4% em CNPJs

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE
ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS

Vínculos Desligados	Estabelecimentos	%	% acumulado	Desligados	%	% acumulado
1	667.392	36,6%	36,6%	667.392	3,9%	3,9%
2	322.729	17,7%	54,3%	645.458	3,8%	7,7%
3	187.054	10,3%	64,6%	561.162	3,3%	11,0%
4	122.022	6,7%	71,3%	488.088	2,9%	13,9%
5	84.606	4,6%	76,0%	423.030	2,5%	16,3%
6	62.366	3,4%	79,4%	374.196	2,2%	18,5%
7	47.680	2,6%	82,0%	333.760	2,0%	20,5%
8	37.083	2,0%	84,0%	296.664	1,7%	22,2%
9	29.929	1,6%	85,7%	269.361	1,6%	23,8%
10	24.856	1,4%	87,0%	248.560	1,5%	25,3%
11	20.758	1,1%	88,2%	228.338	1,3%	26,6%
12	17.662	1,0%	89,1%	211.944	1,2%	27,9%
13	15.157	0,8%	90,0%	197.041	1,2%	29,0%
14	12.825	0,7%	90,7%	179.550	1,1%	30,1%
15	11.344	0,6%	91,3%	170.160	1,0%	31,1%
16	10.033	0,6%	91,9%	160.528	0,9%	32,0%
17	8.997	0,5%	92,3%	152.949	0,9%	32,9%
18	7.976	0,4%	92,8%	143.568	0,8%	33,8%
19	7.119	0,4%	93,2%	135.261	0,8%	34,5%
20	6.378	0,4%	93,5%	127.560	0,7%	35,3%
21	5.875	0,3%	93,8%	123.375	0,7%	36,0%
22	5.181	0,3%	94,1%	113.982	0,7%	36,7%
23	4.794	0,3%	94,4%	110.262	0,6%	37,3%
24	4.414	0,2%	94,6%	105.936	0,6%	38,0%
25	4.186	0,2%	94,9%	104.650	0,6%	38,6%

54,3% dos estabelecimentos tiveram 1 ou 2 vínculos desligados, mas representam apenas 7,7% dos vínculos desligados.

5,1% dos estabelecimentos tiveram mais de 25 desligamentos, representando 61,4% dos desligados.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE
ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS

Propostas de taxa de rotatividade anual

$$\text{Taxa de rotatividade anual} = \frac{\text{Desligamentos no ano}}{\text{Estoque médio no ano}} \times 100$$

No numerador, podem ser realizados exercícios retirando:

- Desligamentos voluntários;
- Aposentadorias;
- Falecimento;
- Transferências.

O denominador, usado para evitar efeitos mais fortes de sazonalidades setoriais, pode ser também:

- Calculado pelo estoque médio ao longo do ano (RAIS “deitada” mês a mês);
- Calculado pelo estoque final (31-12 do ano base) + estoque inicial (31-12 do ano base anterior) / 2;
- Calculado pelo estoque final (31-12 do ano base);
- Calculado pelo total de vínculos no ano.

DIEESE
DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE
ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS

Taxas de Rotatividade 2007	Taxa Global Média	Taxa Global Média sem Aposentadorias	Taxa Global Média sem Desligamentos Voluntários	Taxa Global Média sem Falecimentos	Taxa Global Média sem Transferências	Taxa Global Média sem Desligamentos Voluntários, Aposentadorias, Falecimentos e Transferências
TOTAL	46,80%	46,50%	37,90%	46,70%	43,70%	34,30%
Extrativa mineral	29,20%	29,00%	25,00%	29,00%	24,10%	19,30%
Indústria de Transformação	48,10%	47,90%	38,50%	48,00%	44,50%	34,50%
Serviços industriais de utilidade pública	20,90%	20,50%	17,50%	20,70%	17,30%	13,30%
Construção civil	104,50%	104,40%	92,30%	104,30%	96,00%	83,40%
Comércio	55,20%	55,10%	44,30%	55,10%	51,40%	40,30%
Serviços	51,70%	51,40%	41,40%	51,50%	48,20%	37,60%
Administração pública direta e autárquica	12,20%	11,50%	9,70%	12,10%	11,70%	8,40%
Agricultura, silvicultura, criação de animais, extrativismo vegetal...	106,50%	106,30%	84,00%	106,20%	102,90%	79,90%

DIEESE
DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE
ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS

Subsetores da Indústria de Transformação

Taxa de Rotatividade 2007	Taxa Global Média	Taxa Global Média sem Aposentadorias	Taxa Global Média sem Desligamentos Voluntários	Taxa Global Média sem Falecimentos	Taxa Global Média sem Transferências	Taxa Global Média sem Desligamentos Voluntários, Aposentadorias, Falecimentos e Transferências
TOTAL	46,80%	46,50%	37,90%	46,70%	43,70%	34,30%
Indústria de Transformação	48,10%	47,90%	38,50%	48,00%	44,50%	34,50%
Indústria de produtos minerais não metálicos	44,90%	44,60%	35,80%	44,70%	42,60%	33,00%
Indústria metalúrgica	40,80%	40,60%	33,60%	40,70%	38,00%	30,30%
Indústria mecânica	45,00%	44,70%	37,20%	44,80%	41,20%	33,00%
Indústria do material elétrico e de comunicações	40,70%	40,40%	33,90%	40,60%	35,10%	27,90%
Indústria do material de transporte	22,90%	22,70%	18,50%	22,70%	20,40%	15,70%
Indústria da madeira e do mobiliário	53,50%	53,30%	41,50%	53,30%	51,90%	39,60%
Indústria do papel, papelão, editorial e gráfica	35,80%	35,60%	28,90%	35,70%	33,40%	26,20%
Ind. da borracha, fumo, couros, peles, similares, ind. diversas	52,80%	52,60%	43,70%	52,70%	48,80%	39,20%
Ind. química de produtos farmacêuticos, veterinários, perfumaria, ...	37,20%	37,00%	30,40%	37,10%	34,10%	26,90%
Indústria têxtil do vestuário e artefatos de tecidos	48,90%	48,80%	37,20%	48,80%	47,00%	35,00%
Indústria de calçados	65,30%	65,20%	54,30%	65,20%	60,00%	48,80%
Indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico	62,20%	62,10%	49,20%	62,10%	56,30%	43,00%

Subsetores dos Serviços

Taxa de Rotatividade 2007	Taxa Global Média	Taxa Global Média sem Aposentadorias	Taxa Global Média sem Desligamentos Voluntários	Taxa Global Média sem Falecimentos	Taxa Global Média sem Transferências	Taxa Global Média sem Desligamentos Voluntários, Aposentadorias, Falecimentos e Transferências
TOTAL	46,80%	46,50%	37,90%	46,70%	43,70%	34,30%
Serviços	51,70%	51,40%	41,40%	51,50%	48,20%	37,60%
Instituições de crédito, seguros e capitalização	28,40%	27,80%	22,30%	28,30%	16,90%	10,20%
Com. e administração de imóveis, valores mobiliários, serv. técnico...	80,70%	80,50%	67,00%	80,60%	76,70%	62,70%
Transportes e comunicações	42,60%	42,40%	34,30%	42,40%	38,60%	29,80%
Serv. de alojamento, alimentação, reparação, manutenção, redação, r...	49,30%	49,10%	38,30%	49,20%	47,50%	36,10%
Serviços médicos, odontológicos e veterinários	25,80%	25,40%	18,60%	25,70%	23,40%	15,80%
Ensino	26,10%	25,90%	19,80%	26,00%	24,30%	17,50%

Subsetores do Comércio

Taxa de Rotatividade 2007	Taxa Global Média	Taxa Global Média sem Aposentadorias	Taxa Global Média sem Desligamentos Voluntários	Taxa Global Média sem Falecimentos	Taxa Global Média sem Transferências	Taxa Global Média sem Desligamentos Voluntários, Aposentadorias, Falecimentos e Transferências
TOTAL	46,80%	46,50%	37,90%	46,70%	43,70%	34,30%
Comércio	55,20%	55,10%	44,30%	55,10%	51,40%	40,30%
Comércio varejista	55,80%	55,70%	44,60%	55,70%	52,00%	40,70%
Comércio atacadista	52,10%	52,00%	42,80%	52,00%	48,00%	38,30%

Principais conclusões:

- A rotatividade é um tema debatido no mundo inteiro sobre o qual não há consenso sobre como mensurá-la.
- A RAIS é a melhor fonte de informação para estudar a rotatividade. Poucos países conseguem uma fonte com essa qualidade e quantidade de registros.
- Pelo CAGED, a taxa média anual, somando os meses, atinge 41,4% em 2007
- A rotatividade no Brasil afeta setores e subsetores de forma distinta, mas atinge principalmente a Construção Civil, a Agricultura, o Comércio e o subsetor dos Serviços de comércio e administração de imóveis.
- O tempo de emprego médio no mercado de trabalho formal (RAIS) é de 5,1 anos
- Em 2007, 3 em cada 4 vínculos desligados tem prazo indeterminado
- 36,8% dos desligamentos em 2007 conseguiu voltar para outro emprego ainda no ano
- 62,1% dos estabelecimentos na RAIS 2007 tiveram pelo menos um vínculo desligado
- 54,3% dos estabelecimentos tiveram 1 ou 2 vínculos desligados, mas representam apenas 7,7% dos total de vínculos desligados em 2007
- 5,1% dos estabelecimentos tiveram mais de 25 desligamentos em 2007, representando 61,4% de todos os desligados